



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**SIMONE DOS SANTOS ALVES**

**A RAINHA SANTA ISABEL: MOSAICO DA SUA IMAGEM NO  
ROMANCE HISTÓRICO**

**MONTEIRO-PB  
2013**

**SIMONE DOS SANTOS ALVES**

**A RAINHA SANTA ISABEL: MOSAICO DA SUA IMAGEM NO  
ROMANCE HISTÓRICO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, para a obtenção do grau de licenciatura em Letras – habilitação em Língua Portuguesa, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aldinida Medeiros.

**MONTEIRO-PB  
2013**

A474r

Alves, Simone dos Santos.

A rainha santa Isabel [manuscrito]: mosaico da sua  
imagem no romance histórico. / Simone dos Santos Alves. –  
2013.

73 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras,  
com habilitação em Língua Portuguesa) – Universidade  
Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Aldinida Medeiros de Souza,  
Departamento de Letras”.

1. Crítica Literária 2. Romance Histórico 3. Ficção I.  
Título.

21. ed. CDD 801.95

SIMONE DOS SANTOS ALVES

**A RAINHA SANTA ISABEL: MOSAICO DA SUA IMAGEM NO  
ROMANCE HISTÓRICO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba ao curso de Letras – Língua Portuguesa, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Letras.

Apresentada em 28 de agosto de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

Aldinida de Medeiros Souza

Prof. Dr. Aldinida Medeiros  
Orientadora – UEPB

Wanderlan da Silva Alves

Prof. Ms. Wanderlan da Silva Alves  
Examinador – UEPB

Andreia Bezerra de Lima

Prof. Ms. Andreia Bezerra de Lima  
Examinadora – UEPB

Aos meus pais: Maria José dos Santos Alves e Sático Alves Rodrigues, e, especialmente, a meu avô paterno, Geraldo Benedito Rodrigues (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado tamanha alegria de terminar o curso, pela força e coragem que me deu nos momentos difíceis dessa longa caminhada.

Agradeço aos meus pais Maria José e Sátiro por terem me mostrado o caminho correto a seguir, mesmo nos pelos vários momentos de angústia que, passei em que jaais me deixaram – especialmente minha mãe –, que fizeram tudo para que eu não sofresse.. À minha irmã Soniete que é tão especial em minha vida.

Ao meu esposo José, que me estimulou bastante a continuar com os estudos, que por muitas vezes não me deixou desistir ante as tribulações porque passei. Grande parte da minha vida acadêmica é resultado da sua dedicação em fazer o possível para não me faltar nada. Confesso que se não fosse pelo seu grande incentivo e por acreditar no meu potencial, não teria conseguido chegar aonde cheguei.

À minha orientadora, Aldinida Medeiros, que me mostrou quão interessante e instigante é a literatura, e mais especificamente o romance histórico, e pelo incentivo durante a pesquisa. Também pelo convite para participar do Projeto PIBIC, que teve forte relevância no desenvolvimento de minha formação acadêmica.

Aos professores da banca examinadora, Wanderlan Alves e Andreia Bezerra, e a todos os que foram meus mestres nesta jornada universitária, especialmente a professora Joana D'ark, que me ajudou muito com as escutas psicológicas, e a quem sou eternamente grata.

## RESUMO

O presente estudo analisa três romances históricos contemporâneos que têm como tema a história da vida da sexta rainha de Portugal, Isabel de Aragão, a rainha Santa, em romances históricos. Isabel ficou conhecida pelas ações de caridade que praticava e por mediar conflitos, intervindo diretamente nos assuntos do reino. Depois de morta foi canonizada e é reconhecida por vários milagres realizados, como o famoso milagre de ter transformado pães em rosas. Para nosso trabalho, selecionamos os romances *Isabel de Aragão rainha santa* (2011), de Vitorino Nemésio, *Os pecados da rainha santa Isabel* (2010), de António Cândido Franco, e *Memórias da rainha santa* (2009), de María Pilar Queralt del Hierro. Nosso objetivo foi observar como cada romance estabelece as relações entre história e ficção, no modo como a personagem protagonista é elaborada. Observamos que Vitorino Nemésio resgata a história da rainha com um teor de maior proximidade aos documentos historiográficos, proporcionando poucas inovações narrativas ao retratar os fatos que permearam a sua vida, enquanto os romances de María Pilar Queralt del Hierro (2009) e António Cândido Franco (2010) percorrem uma vereda mais irônica em relação à historiografia. Para a abordagem do problema, estabelecemos aproximações e diferenças entre esses romances. Utilizamos os conceitos de Linda Hutcheon (1991) sobre a metaficção historiográfica, e a respeito de romance histórico tradicional e contemporâneo as considerações de outros estudiosos, como: Marinho (1999) e Esteves (2007). Ao longo do trabalho, consultamos também outros estudos baseados em documentos históricos, os quais tratam especificamente da rainha santa Isabel, como Fernando Barros Leite (1993), António de Vasconcelos (2007), José Carlos Gimenez (2005) e Francisco da Fonseca Benevides (2011). Desse modo, a nossa finalidade foi a de elucidar as correspondências e diferenças entre a versão que cada romancista traz da vida dessa rainha portuguesa, elaborando-a com características e ações que não se pode deduzir apenas pela leitura da historiografia. Para isso, baseamo-nos nos estudos sobre a personagem no romance, principalmente o ensaio de Cristina Vieira (2010), *A construção da personagem romanesca*, objetivando analisá-la no romance histórico tradicional e contemporâneo, retomando seu perfil histórico e sua construção literária na prosa de ficção.

Palavras-chave: Romance histórico. Isabel de Aragão. História e ficção.

## RESUMEN

El presente estudio analiza tres novelas históricas contemporáneas que tratan de la historia de vida de la sexta reina de Portugal, Isabel de Aragón, la Reina Santa. Isabel era conocida por las obras de caridad que practicaba y por mediar los conflictos, interviniendo directamente en los asuntos del reino. Después de su muerte fue canonizada y se le reconocen por muchos milagros, como el famoso milagro de los panes que se han convertido en rosas. Para nuestro estudio, seleccionamos las novelas, *Isabel de Aragão rainha santa* (2011), de Vitorino Nemesio, *Os pecados da rainha Santa Isabel* (2010), de Antonio Cândido Franco, y *Memórias da rainha santa* (2009), de María Pilar Queralt del Hierro. Nuestro objetivo es observar cómo cada novela establece relación entre historia y ficción, en la forma como el personaje protagonista está elaborado. Observamos que Vitorino Nemesio rescata la historia de la reina con un contenido de mayor proximidad a los documentos historiográficos, proporcionando sólo pequeñas innovaciones narrativas al relatar los hechos que impregnaron su vida, mientras que las novelas de María Pilar Queralt del Hierro (2009) y Antonio Candido Franco (2010) echan una mirada más irónica a la historiografía. Para el abordaje del problema, analizamos las similitudes y diferencias entre estas novelas. Utilizamos los conceptos de Linda Hutcheon (1991) sobre la metaficción historiográfica, y acerca de la novela histórica tradicional y contemporánea, las consideraciones de otros estudiosos, como: Marinho (1999) y Esteves (2007). A lo largo del trabajo, consultamos también otros estudios basados en documentos históricos, que tratan específicamente de la Reina Santa Isabel, como Fernando Barros Leite (1993), Antonio de Vasconcelos (2007), José Carlos Giménez (2005) y Francisco Fonseca Benevides (2011). Así que nuestro objetivo fue determinar las conexiones y diferencias entre la versión que cada novelista crea de la vida de esa reina portuguesa, confiriéndole con características y acciones que no se pueden deducir sencillamente con la lectura de la historiografía. Para ello, nos basamos en los estudios acerca del personaje en la novela, sobretudo el ensayo de Cristina Vieira (2010), *A construção da personagem romanesca*, buscando aalizarlo en la novela histórica tradicional tanto como en la novela histórica contemporánea, reanudando su perfil histórico y su construcción literaria en la ficción en prosa.

**Palabras-clave:** Novela histórica. Isabel de Aragón. Historia y ficción.



*De todas as maneiras, é evidente o desejo de realização de uma releitura crítica da história, seja impugnando as versões oficiais, seja abolindo a distância épica do romance tradicional.*

Antonio R. Esteves

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. CAPÍTULO I – ISABEL DE ARAGÃO: ASPECTOS DE SUA VIDA E DA CANONIZAÇÃO.....	17
1.1 A peregrina rainha Santa Isabel.....	18
1.2 A postura diplomática da rainha Isabel.....	23
1.3 Isabel de Aragão: mulher virtuosa e pacífica.....	26
1.4 Morte da rainha Santa Isabel.....	29
2 CAPÍTULO II – <i>ISABEL DE ARAGÃO RAINHA SANTA</i> : ELEMENTOS DO ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO NA NARRATIVA DE VITORINO NEMÉSIO.....	34
2.1 Aspectos do romance histórico tradicional e contemporâneo.....	35
2.2 Isabel de Aragão no romance de Vitorino Nemésio.....	37
3. CAPÍTULO III – INTERTEXTUALIDADE PARÓDICA NOS ROMANCES <i>MEMÓRIAS DA RAINHA SANTA E OS PECADOS DA RAINHA SANTA ISABEL</i> .....	47
3.1 Buscando conceitos sobre romance histórico contemporâneo.....	48
3.2 Apreciação dos romances <i>Memórias da rainha santa</i> e <i>Os pecados da rainha santa Isabel</i> .....	50
3.3 Processos teóricos na construção da personagem romanesca.....	53
3.4 <i>Memórias da rainha santa</i> e os <i>Pecados da rainha santa Isabel</i> : Algumas aproximações e diferenças.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

## INTRODUÇÃO

O presente estudo destina-se a analisar como é apresentada a personagem Isabel de Aragão, infanta de Aragão e rainha de Portugal, em três romances históricos: *Isabel de Aragão rainha santa* (2011), de Vitorino Nemésio, *Os pecados da rainha santa Isabel* (2010), de António Cândido Franco, e *Memórias da Rainha Santa* (2009), de María Pilar Queralt del Hierro, a fim de evidenciar o modo como cada romancista resgata a figura histórica de Isabel, levando em considerações aspectos concernentes ao que denominamos de romance histórico tradicional e contemporâneo.

Nesse sentido, buscamos, através desses romances, traçar um mosaico da imagem de Isabel de Aragão a partir do que cada autor escreveu e quais as suas contribuições para que compreendamos com melhor exatidão os feitos dessa rainha portuguesa. Nesse objetivo maior, buscamos mostrar como se constitui o discurso dos autores e como eles estão inseridos na contemporaneidade.

Assim, em um primeiro momento, mostramos a biografia de Isabel de Aragão, baseada em fontes documentais de registros históricos. Ao estudarmos a vida dessa rainha, pretendemos explorar o vasto campo do romance histórico para analisar o seu perfil enquanto personagem romanesca. De fato, um dos motivos que nos instigou a pesquisar sobre essa figura histórica foi tomarmos conhecimento de que há uma vasta bibliografia a seu respeito. Literatos e historiadores trazem suas contribuições ao resgatar a vida de Isabel de Aragão, fazendo com que avaliemos mais aprofundadamente a sua história como rainha, quando viva, e santa após sua morte.

Além disso, os romancistas tentam, através de suas narrativas, captar o máximo de informações com a finalidade de repassar subsídios ao leitor e, conseqüentemente, apresentar um conteúdo riquíssimo a respeito dessa personalidade tão importante para a história portuguesa. Isabel teve um grande destaque quando assumiu a posição de rainha em Portugal, pela postura diplomática que exerceu ao lado do esposo D. Dinis, resolvendo assuntos internos e externos relacionados ao reino. Assim, escolhemos essa figura histórica que, como rainha, se apresenta dotada de virtudes e ações de caridade.

Para fundamentar teoricamente nossa análise, baseamo-nos, principalmente, no conceito de intertextualidade paródica da estudiosa Linda Hutcheon (1991), tema também referenciado no livro *Uma teoria da paródia* (1989). Já para tratar especificamente da relação entre História e literatura, os referenciais teóricos que

embasam nossa pesquisa são os estudos de Maria de Fátima Marinho (1999), Antônio R. Esteves (2010), Célia Fernandes Prieto (1998) e Hayden White (1991;1974). Também tomamos como apoio teórico os estudos de Fernando Barros Leite (1993), José Carlos Gimenez (2005) e António Vasconcelos (2005), por exporem os fatos que ocorreram na vida da rainha Isabel, apresentando as datas em que se deram os acontecimentos, nos proporcionando uma visão concreta da sua história oficial. Reportamo-nos, também, a Georges Duby e Michele Perrot (2011), para evidenciar o comportamento da mulher no período medieval, e a Vieira (2008) para tratar, especificamente, de aspectos relacionados à construção da personagem romanesca.

A partir dos séculos XIX e XX começa-se a ter a preocupação de efetuar mudanças nas abordagens que se fazia acerca da História dentro da literatura. A historiografia, em meados desses séculos tinha como principal característica a atenção que se dava a fatos e datas, sem haver aprofundamento e grandes análises da estrutura dos eventos ocorridos. Só após questionamentos e propostas de mudar essa concepção vaga de História é que se começam a elaborar novos conceitos acerca da história e da historiografia. Nessa perspectiva, surge a *École des Annales* associada à revista *Annales* na França, que foi um movimento historiográfico inovador por destacar e dispor-se à elaboração de um novo tipo de relato da História. Esse movimento historiográfico tinha por principal objetivo questionar a historiografia tradicional, apresentando novos elementos para ampliar o conhecimento de fatos passados.

Nesse sentido, passa-se a pensar a História não como uma sequência de acontecimentos, mas como uma interdisciplinaridade, uma vez, que nas contribuições da *École des Annales*, se aproximam de outras ciências para o aprimoramento do conhecimento histórico, passando-se a pensar a historiografia de forma mais fundamentada, permitindo maior e melhor compreensão dos fatos relatados. Assim, ao expandir o campo da História para outras áreas do conhecimento, tem-se a construção de uma história crítica.

A *École des Annales* teve por fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch, passando depois para Ferdinand Braudel, chegando até George Duby e Jacques Le Goff, na atualidade. Foi criada com o propósito de exercer liderança nos campos da história social e econômica, enfatizando a necessidade da mudança em meio às barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais, para que, com isso, pudesse haver a possibilidade de intercâmbio de ideias entre esses dois campos do saber. A terceira e a quarta geração mais próxima das ideias defendidas atualmente, têm como destaque os

historiadores Jacques Le Goff e George Duby, como mencionamos, que contribuíram para o interesse de muitos historiadores e a participação no desenvolvimento desse novo estilo.

Até o século XIX, a literatura e a História compartilhavam do mesmo campo do saber, não havendo, conforme Esteves (2010), a preocupação de fazer distinção entre um termo e o outro. Ainda nesse século ocorre a separação de ambas, surgindo a literatura e os estudos históricos como disciplinas independentes. Consoante Hutcheon (1991), tanto a literatura quanto os estudos históricos são alvo de estudos os quais visam a analisar o que têm em comum em termos de escrita, dado que cada uma, em se tratando de linguagem e de estrutura, é complexa e desenvolve a escrita do passado de forma intertextual, haja vista que tanto os romancistas quanto os historiadores retratam um determinado acontecimento histórico conforme sua compreensão perante a investigação documental.

Nesse sentido, constatamos que a literatura busca uma interpretação mais crítica de um determinado fato histórico, e a historiografia buscando provar, por meio de documentos históricos, com o propósito de confirmar a veracidade desses acontecimentos. De tal modo os estudos literários, por intermédio da ficção, concorrem para o aprimoramento da História e, assim, entendemos que História e literatura sempre estiveram interligadas, pois são constituídas por uma realidade discursiva, em que cada falante produz diversos discursos, interpretados por diferentes pontos de vista.

Ainda é correto afirmar que, apesar das semelhanças, em parte são diferentes, cada uma com peculiaridades próprias tornando-as distintas entre si. Porém, quanto a sua estrutura:

Tanto os historiadores quanto os romancistas *constituem* seus sujeitos como possíveis objetos de representação narrativa [...]. E o fazem por meio das próprias estruturas e da própria linguagem que utilizam para apresentar esses sujeitos. Conforme a formulação extrema de Jacques Ehrmann, ‘a história e a literatura não têm existência em si e por si. Somos nós que as constituímos como objeto de nossa compreensão’. (HUTCHEON, 1991, p. 149, grifo da autora.).

É partindo dessa possibilidade de recriar um determinado fato histórico por meio da arte, que muitos romancistas, valendo-se da ficção, veem uma forma de criar verdades imaginárias e surpreendentes, reescrevendo o ocorrido. Escrevem sobre algum acontecimento, ou mesmo acerca de uma personalidade histórica, buscando uma interpretação convincente do passado de acordo com sua compreensão. Nesse contexto,

a História faz-se presente por meio do chamado romance histórico, que tem por função reconstruir acontecimentos, costumes e personagens históricas resgatando o imaginário e as tradições culturais de uma determinada época. Desse modo,

é possível observar que, se os historiadores quisessem reconhecer o elemento ficcional de suas narrativas, isso não significaria a degradação da historiografia ao *status* de ideologia ou propaganda. Com efeito, tal reconhecimento serviria de antídoto eficaz para a tendência dos historiadores a apegar-se a preconceitos ideológicos que eles não reconhecem como tais mas reverenciam como a forma de percepção “correta” do “modo como as coisas *realmente* são”. Trazendo a historiografia para mais perto das suas origens nas sensibilidades literárias deveríamos ser capazes de identificar o elemento ideológico, porque fictício, contido em nosso próprio discurso. Sempre podemos ver o elemento fictício nos historiadores de cujas interpretações de um dado conjunto de eventos discordamos; raramente percebemos esse elemento em nossa própria prosa. Do mesmo modo, se reconhecêssemos o elemento literário ou fictício de todo relato histórico, seríamos capazes de conduzir o ensino da historiografia a um nível de autoconsciência mais elevado do que o que ela ocupa nos dias de hoje. (WHITE, 1974, p. 116, grifo do autor).

Nesse aspecto, Hayden White trata especificamente da relação entre História e ficção. Ele estabelece uma crítica à historiografia e ao modo como os historiadores tratam determinado fato histórico, afirmando que uma narrativa histórica deve apresentar em seu conteúdo passos imaginários e ficcionais para que, em contrapartida, tenha relação não só com a ciência, mas também com a literatura. Assim, questiona a veracidade da historiografia, e nos ajuda a compreender que, mesmo que não haja o reconhecimento por parte dos historiadores de elementos ficcionais em seus escritos, o fazem em seu discurso<sup>1</sup>.

Desse modo, podemos considerar que o romance histórico aproxima ainda mais a relação entre História e Literatura. Ele surgiu no início do século XIX, durante o romantismo, com a publicação dos romances de Walter Scott, mais especificamente, *Waverley* (1814) e *Ivanhoe* (1819), sendo considerados os primeiros romances históricos românticos, os quais foram estudados, posteriormente, como uma nova maneira de ver as relações entre literatura e História. Esse modelo de romance histórico, caracterizado como tradicional, tinha como princípios a linearidade do enredo e a caracterização de personagens históricas que ajudavam a fixar os acontecimentos de determinadas épocas e, conforme Marinho (1999), tentava relatar, ao máximo, a

---

<sup>1</sup> Cabe salientar que tais discussões de White foram postas em debate há algumas décadas, e hoje certas correntes da historiografia passam por uma reavaliação crítica de seus métodos.

História como de fato aconteceu. Ao citar Georges Lukacs, a autora supracitada aponta que,

Segundo esse autor, a obra de Scott seria a grande continuadora do romance social realista do século XVIII, trazendo como inovação a pintura de costumes e de acontecimentos, o carácter dramático da acção e a importância do diálogo. Condições sociopolíticas precisas como a Revolução Francesa, a ascensão e queda de Napoleão ou as convulsões do início do século XIX, contribuíram [...] para o aparecimento de um gênero romanesco próprio e que se afasta radicalmente de obras pretensamente afins do século anterior. (MARINHO, 1999, p. 15).

Assim, o romance histórico nasce sobre o pressuposto de diversas circunstâncias, sejam políticas, sociais ou culturais, como por exemplo, a Revolução Francesa, a queda de Napoleão e as convulsões do início do século XIX, que deram início a Idade contemporânea. Portanto, no âmbito literário, os textos mais críticos apresentavam reflexões e análises, possibilitando à ficção um lugar no campo do saber histórico. Uma das características que torna o romance histórico scottiano diferente dos romances do século XVIII é a preocupação de estudar o passado não como algo remoto, longínquo, tal como se via nos romances do século citado, mas estudar as especificidades desse passado manifestadas nos objetos do cotidiano, ou seja, estabelecendo uma relação entre os costumes, e os indivíduos, e como essas relações são apresentadas no presente do romancista.

É a partir dos pressupostos apresentados que tomamos como problema de pesquisa os fatores que concorrem para que os discursos de María Pilar Queralt del Hierro e António Cândido Franco<sup>2</sup> sejam considerados inovadores em relação ao de Vitorino Nemésio, ao discorrer sobre a figura histórica da rainha Isabel de Aragão. Para tanto, a nossa pesquisa procura verificar quais os mecanismos utilizados pelos romancistas para que o seu discurso seja inserido na contemporaneidade ou em fase de transição, proporcionando-nos uma visão crítica acerca de Isabel de Aragão e, também, uma maior aproximação dos documentos históricos com a recriação ficcional.

Partimos, portanto, da seguinte hipótese: O romance *Isabel de Aragão rainha santa* (2011) aborda uma figura histórica inserida na ficção, na qual o romancista traça o seu perfil estabelecendo comentários críticos acerca de sua atuação na História. Assim, apresenta características particulares semelhantes ao romance histórico tradicional em

---

<sup>2</sup> Doravante mencionados apenas como Pilar del Hierro e Franco.

fase de transição, pois traz tanto traços tradicionais quanto nuances do romance histórico contemporâneo.

Destarte, por abordar uma personagem histórica inserida na ficção, o romancista traça o seu perfil de modo semelhante aos estudos historiográficos, porém a novidade em sua obra reside na forma narrativa, a qual mesmo se tratando de um romance de transição apresenta características que são exploradas no romance histórico contemporâneo, como o recurso a comentários críticos, irônicos, reflexões e inferências sobre tal personagem.

Quanto à obra *Memórias da rainha santa* (2009), ao delinear o perfil de Isabel, constitui um discurso inovador, devidamente inserido no conceito de romance histórico contemporâneo e, ao tratar de sua vida na ficção, emprega elementos estilísticos tais como comparação e ironia e ainda apresenta comentários críticos e reflexivos. E, também, nos proporciona uma visão de sua intimidade, seus sentimentos e amarguras, que dá uma nova modulação ao romance.

Franco, em *Os pecados da rainha santa Isabel* (2011), além de tratar de Isabel de Aragão, apresenta um drama de amor entre ela e seu esposo, D. Dinis. Em seu discurso, trabalha de forma crítica a atuação da rainha no reino português, e suas ações para ajudar aos pobres e necessitados. Parte da temática da santidade para refletir sobre a complexa relação entre Isabel de Aragão e a Igreja católica da época.

E, por fim, apesar de o discurso de Nemésio ser, de certa forma, restrito em alguns sentidos, como a visão que expõe da rainha, a qual não se afasta muito da História, pois apresenta em sua narrativa o que os historiadores já contam, não deixa de estabelecer uma visão crítica no que concerne à elaboração do discurso sobre a figura histórica através da ficção. Isso nos mostra que o seu discurso afasta-se um pouco do historiográfico, porém ainda mantém muitas características do romance histórico tradicional. Assim, ao elaborar um discurso permeado de ilações e comentários irônicos, oferece-nos suas próprias peculiaridades e análise, ao resgatar uma figura histórica e discorrer sobre sua vida. Quanto a Pilar del Hierro e Franco, afastam-se bastante dos textos históricos, permitindo-nos uma releitura, segundo sua visão, em relação à vida da rainha.

Nosso estudo está dividido em três capítulos: no primeiro, apresentamos registros e aspectos históricos da vida de Isabel de Aragão; no segundo fazemos a análise do romance de transição *Isabel de Aragão rainha santa* (2011), mostrando aspectos do romance histórico contemporâneo em conformidade com o de transição; e no terceiro



capítulo fazemos a análise dos romances contemporâneos *Memórias da rainha santa* (2009) e *Os pecados da rainha santa Isabel* (2011), mostrando a diferença destes em relação ao tradicional em fase de transição.

*A sua memória venerada, a tradição de suas acrisoladas virtudes impressionava tão vivamente a imaginação do povo, que, volvidas apenas algumas dezenas de anos sobre a morte da virtuosíssima rainha, já a lenda cercava a sua vida com a auréola sobrenatural.*

António de Vasconcelos

## **CAPÍTULO I**

### **ISABEL DE ARAGÃO: ASPECTOS DE SUA VIDA E DA CANONIZAÇÃO**

## 2.1 A peregrina rainha Santa Isabel

Apoiando-se em relatos históricos que tratam de Isabel de Aragão, infanta do reino aragonês e, posteriormente, rainha de Portugal, cognominada de rainha Santa, discutimos aqui alguns aspectos de sua vida como rainha de Portugal, seu casamento com D. Dinis, suas ações de caridade e, conseqüentemente, a canonização oficializada pela Igreja Católica.

A vida da rainha Isabel é discutida não só em documentos históricos, mas por meio de uma vasta literatura, que vem se desenvolvendo ao longo do tempo, a seu respeito, em que há a preocupação de retratar as ações realizadas por ela. Diversas obras literárias tratam dessa personalidade histórica, tal como apresentam os romances aqui expostos, que são discutidos e analisados nos capítulos seguintes.

Nesse sentido, valem-nos dos escritos de António de Vasconcelos<sup>1</sup> (2005), mais especificamente do culto antes e após a morte da rainha. José Carlos Gimenez (2005) e Fernando Barros Leite<sup>2</sup> (1993), os quais discorrem sobre as principais questões históricas na vida de Isabel, como também os comentários de Georgy Duby e Michelle Perrot (2011) a respeito do comportamento da mulher medieval e, algumas ressalvas estabelecidas por Benevides (2011) sobre a rainha Santa.

Isabel de Aragão é filha de Pedro III e da princesa da Sicília Constança de Hohenstaufen. É neta de Jaime II e sobrinha de Isabel da Hungria. Essa sua tia foi também canonizada santa pela Igreja Católica comandada pelo Papa Gregório IX, sete anos após sua morte em 26 de Maio de 1235, em virtude de suas ações de caridade com os pobres e necessitados. Boa parte dos antecedentes de Isabel de Aragão estavam envolvidos no movimento político gibelino que apoiava o imperador do Sacro Império Romano, permanecendo, dessa forma, contrário aos guelfos apoiados pelo Papa. Era neta de Manfredo, gibelino morto em batalha campal contra a hoste do Papa, e bisneta de Frederico II, rei da Sicília e de Jerusalém, que também ocupava o cargo de Sacro Imperador Romano-Germânico. “Era bela, com feições mais fortes do que finas, de uma

---

<sup>1</sup> O estudioso baseia-se em documentos oficiais da época, que existiam no cartório do mosteiro Almoester e no arquivo do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Além disso, fundamenta-se os escritos de Figanière, Perpignano, Francisco Brandão, e a *Lenda*, documento escrito em forma de biografia após a morte da rainha, e ainda pesquisas feitas na Biblioteca Nacional de Lisboa, entre outras fontes.

<sup>2</sup> O autor baseia-se nos escritos de Le Brun, escritor de Aragão e biógrafo da Rainha Santa Isabel. Ainda, fundamenta-se nos escritos do cronista Francisco Brandão e do cronista Figanière, como também no diplomata português Rui de Pina ao escrever nas *Crônicas de El-Rei D. Dinis*..

força elegante e acusada sobretudo nos traços ósseos, que dão às mulheres de raça uma energia radiante.” (LEITE, 1993, p. 39). Benevides nos diz, ainda, que: “A jovem rainha era bastante formosa; o seu rosto, de uma beleza suave e simpática; o seu coração, um tesouro de virtudes; a sua caridade, inesgotável.” (BENEVIDES, 2011, p. 123).

Nascida provavelmente em 1269, momento em que seu pai e seu avô estavam envolvidos em contendas em virtude de territórios, mas ao receber a notícia do nascimento da neta, Jaime II se encanta pela criança e decide ficar do seu lado, por isso, leva-a para morar com ele no palácio em Barcelona, onde vivia rodeada de aias sempre à sua disposição. Para Benevides, “O seu nascimento foi o sinal da reconciliação e do fim das discórdias que tinham surgido entre os reis de Aragão.” (BENEVIDES, 2011, p. 121).

Isabel viveu com o avô por onze anos, nesse período conheceu um pouco da vida, a rebeldia em que se encontrava o mundo. Desde esse momento, demonstra ela uma grande preocupação pelas pessoas sofredoras, pobres, desamparadas e doentes que via quando conseguia sair do palácio. Leite (1993) assevera que a infanta aragonesa desde criança tinha gosto em ajudar as pessoas, oferecer esmolas e vivia constantemente voltada às rezas e jejuns, pois, “Todos os dias, desde os seus oito anos, rezava de joelhos o Ofício divino maior, acompanhada do seu confessor ou de alguns dos seus capelães.” (LEITE, 1993, p. 40).

Teve uma educação religiosa baseada nos princípios franciscanos, “o avô tinha o cuidado de que ela fosse ensinada nos princípios da religião cristã, rezar e orar e ter veneração aos santos e às imagens”. (LEITE, 1993, p. 28). Além da educação religiosa, Isabel soube através do seu avô a história dos seus antepassados, inclusive o envolvimento com a Igreja. Após a morte do avô ela retorna a Saragoça para viver com os pais, e logo se depara com o interesse do pai em casá-la para conquistar novos territórios, após ele ter recebido vários acordos de casamento. Dentre os acordos se encontrava o de Roberto de Anju, Eduardo da Inglaterra e D. Dinis, recentemente coroado rei de Portugal.

Diante dos acordos, Pedro III escolhe o de D. Dinis, por interesse, por ser rei e assim a filha iria como rainha e continuaria a política do pai em Portugal, desafiando o papado, o que não seria possível realizar ao casá-la com os príncipes. Além disso, “o rei Pedro de Aragão considerou os aspectos em que se via: dum lado, as armas e Castela, do outro, as armas da França.” (LEITE, 1993, p. 49). E assim, “D. Dinis proporcionava

ao rei de Aragão comodidade este casamento, porque se fazia temido de Castela.” (LEITE, 1993, p. 49).

Destarte, tomando a citação acima, inferimos que dada a proximidade e o interesse estratégico que as boas relações entre os reinos possibilitariam, estabelecia-se uma fusão entre Aragão e Portugal, correspondentes aos dois extremos, cujo meio se encontrava Castela, prejudicada com essa aliança. Outro interesse relevante do rei de Aragão em casar sua filha foi perceber que, como não havia relação de parentesco entre os noivos, não seria necessário dispensa do Papa e assim, o casamento se realizaria logo.

Diante do acordo de casamento, começou-se a preparação da princesa aragonesa para o enlace. Nessa época, ela estava com treze anos e não hesitou em fazer a vontade do pai, pois, segundo ela, estava à sua disposição para cumprir com o seu destino, apesar de sua vontade ser a de servir a Deus em um convento. Gimenez (2005) aponta que:

Como estratégia política, o ritual que envolveu o casamento de Dinis com Isabel foi marcado por um período de intensa troca de informações entre os dois reinos para se certificarem de que se tratava de uma aliança benéfica. [...] o papel dos procuradores foi de fundamental importância para estabelecer os compromissos e obrigações entre as duas monarquias peninsulares. (GIMENEZ, 2005, p. 17).

O rei D. Dinis enviou três embaixadores para tratarem do casamento, João Velho, João Martins e Vasco Peres. Antes da viagem para o encontro dos noivos, realizaram-se as doações por parte de Dinis, que lhe doava: “Óbidos, Abrantes e Porto de Mós e para maior segurança assinava-lhe mais, por arras 12 castelos.” (LEITE, 1993, p. 53). Como também por parte do rei Pedro III, que estabelecia o dote da infanta em trinta mil libras. Essas doações eram comuns sempre que se tratava de acordos de casamentos entre famílias reais. Entretanto, essas alianças eram negociadas sem levar em consideração a vontade e liberdade de decisão dos noivos, mas sim as disposições “traçadas pelas duas casas régias com o apoio das mais ilustres famílias nobiliárias que também viam nelas um acontecimento ideal para alcançar vantagens econômicas e políticas.” (GIMENEZ 2005, p. 12).

No que se refere ao consentimento dos noivos, a mulher tornava-se a mais afetada em virtude de viver sempre sob a tutela de um responsável. Se vivesse em família, tinha o pai como tutor, e se viesse a contrair matrimônio estaria sob a responsabilidade do marido. Neste aspecto, destaca-se a figura masculina como dotada

de superioridade quanto à vontade e liberdade feminina. Muitas mulheres chegavam a cometer suicídio para não efetivar o casamento, pois geralmente eram obrigadas a se casar com homens muito velhos. Em outros casos, as mulheres, quando não se autoflagelavam, viviam uma vida infeliz e aceitavam sua condição feminina subjugada ao esposo. Paulette L’Hermite-Leclercq, ao participar do livro organizado por Duby e Perrot (1993), alude que, mesmo

se elas quisessem casar com outro rapaz que não o candidato escolhido pelos pais ou o recusassem, era tentador suprimirem-lhes o dote, cortarem-lhes os víveres. Numerosos costumes, especialmente meridionais, reconheciam ao pai o direito de deserdar a filha indócil e aos senhores o de se apoderarem da pessoa e dos bens do apaixonado [...]. É difícil subestimar o carácter dissuasivo destas pressões. O medo do escândalo e da miséria deve ter influenciado muitas raparigas. (LECLERCQ, 2011, p. 292).

Vale salientar, sobre o que foi citado, que a mulher, mesmo posicionando-se contrária a decisão do casamento, não o questionava, pois se sentia pressionada pelos diversos fatores mostrados na citação acima, e tantos outros, como por exemplo, se se casasse e tentasse fugir na noite de núpcias para não haver a consumação do casamento, a moça não tinha para onde ir, o que acarretava a sua volta à casa do esposo, pois o marido mandava-lhe procurar e trazê-la a casa, muitas vezes, sob condições desumanas.

Isabel de Aragão, como mulher medieval, estava sujeita às condições acima mencionadas. Ela, mesmo não sentindo vontade de assumir casamento, aceita a proposta, com o único argumento de servir às ordens do pai, tal como preconizava o período medieval, mas seu desejo mais íntimo era entregar-se completamente a Deus. Na época, muitas mulheres não viam sentido na vida de casada e procuravam, desde cedo, quando possível, enclausurar-se em um convento, para, assim, retirar-se do mundo e viver sua fé. Isabel, por não poder realizar seu desejo de imediato, procurou viver seus dias de viúva voltados para a caridade.

Ao explicitarmos isso, percebemos que o casamento era realizado apenas para objetivar os interesses das famílias envolvidas no acordo. E, para os rapazes, a moça prometida, muitas vezes desconhecida e em tenra idade: “representava senão a ocasião de sair, pelo casamento, da sua condição dependente. Eles não desejavam essa mulher, desejavam simplesmente estabelecer-se.” (DUBY, 1993, p. 340).

Marcou-se o casamento entre Isabel e D. Dinis, porém ele estava longe. Mesmo assim, o casamento foi realizado, conforme Leite (1993, p. 57), “no Paço Real de Barcelona [...] no dia 11 de Fevereiro do ano de 1282.” Após a realização do

casamento, começam-se os preparativos para a viagem a Portugal. Com ela iria uma comitiva que correspondia a aias, criados e confessores. Apesar de manter-se forte perante o ingresso a uma nova vida, “A Rainha Santa rezava com as aias e escondia as lágrimas que trazia de Barcelona.” (LEITE, 1993, p. 58).

Ao chegar às terras portuguesas, Isabel foi recebida pelo infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, que depois de organizar festejos para tornar público o acordo de casamento realizado, a leva a Trancoso para finalmente encontrar-se com o marido. Segundo Leite (1993), não há total certeza do dia em que foram realizadas as bênçãos matrimoniais, mas, de acordo com Gimenez (2005), sabe-se que “só foram celebradas na igreja de São Bartolomeu, em Trancoso, [...], onde o rei e os representantes da corte esperavam a infanta Isabel.” (GIMENEZ, 2005, p. 18).

Depois de consumado o enlace, D. Dinis e Isabel fazem diversas viagens para várias localidades do reino, e neste aspecto inaugura-se uma nova vida para a rainha. Ela teria que mudar seu comportamento em relação aos interesses a serem defendidos, pois agora objetivava alcançar benefícios para o reino português. Segundo Duby (1993), tal como estabelecia o modelo cortês da época às mulheres, a rainha “[devia] dar o bom conselho ao seu cônjuge, incliná-lo à mansidão, defender junto dele a causa dos que reclamavam os seus favores.” (DUBY, 1993, p. 343), e isto será bem destacado no perfil diplomático de Isabel, por ela estar sempre envolvida nos assuntos internos e externos do reino.

Do casamento nasceram dois filhos, D. Afonso, futuro sucessor de D. Dinis, e Constança, que posteriormente se casaria ainda criança com o rei de Castela Fernando IV. Para Opitz “Um bom casamento devia ser prolífico, uma boa esposa devia ser mãe – qualquer outra possibilidade era considerada como anormal.” (OPITZ, 1993, p. 378). Portanto, as mulheres teriam que gerar diversos filhos para a sucessão do trono. No caso de Isabel, foi uma exceção, pois tiveram apenas dois, isso gera um desconforto, principalmente à corte, que esperava logo de imediato um herdeiro ao trono e, por conseguinte, faziam-se cobranças ao rei, pois na falta de um sucessor apareciam as disputas, os conflitos internos e externos. Assim,

Na concepção medieval do mundo, a maternidade era tão importante como o casamento ou a situação familiar para o dia-a-dia da mulher e para a sua posição na sociedade. Dar à luz e criar os filhos eram as tarefas principais, a <<profissão>> das mulheres casadas. (OPITZ, 1993, p. 377).



A fim de se entender melhor o que a autora acima alude, ressaltamos que a menina, desde criança, era ensinada a cuidar dos filhos, e quando casada era cobrada de imediato a tê-los para fortalecer a política do reino. Muitos dos filhos nascidos não eram criados pelas mães e sim pelas amas. Quando a mulher não conseguia gerar filhos logo nos primeiros anos do casamento, o rei se envolvia com diversas concubinas, a fim de se unir através de acordos de casamento a determinadas famílias nobres. Como Isabel demorou a gerar filhos e o tão esperado herdeiro não veio primeiro, e sim uma menina, talvez tenha sido por isso que o rei D. Dinis se envolveu com tantas barregãs e teve tantos filhos bastardos, ao perceber sinais de enfraquecimento do seu reinado por não ter um sucessor masculino. Além disso, alguns homens nesse período desenvolviam aversão pela mulher quando ela não conseguia engravidar, chegando, em alguns casos, a enviá-la de volta para os pais.

## **2.2 A postura diplomática da rainha Isabel**

O perfil histórico de Isabel também é retratado pela sua postura sempre diplomática. Sua história, desde cedo, é marcada por atitudes pacificadoras, pois desde criança serviu como atenuante entre o pai e o avô que, por motivos políticos, cortaram os laços de amizade. Além disso, é importante destacar que Isabel pacificou o cunhado, o infante D. Afonso, pois, segundo Leite (1993), no momento do acordo de casamento entre o rei e a infanta, os irmãos estavam em conflitos. Como meio de cessar essas intrigas, Isabel “perante as negociações do seu casamento, [...] deu o seu consentimento com uma só condição: acabar a guerra entre o D. Dinis e o seu irmão Afonso.” (LEITE, 1993, p. 53).

Esta não é a única vez que Isabel interfere nas contendas entre o esposo e o cunhado. Como nos mostra Gimenez (2005):

A interferência da Rainha diante das contendas travadas entre os irmãos ganhou novos contornos quando o Infante procurou o apoio da Rainha Isabel para que ela advogasse junto ao rei pela legitimação de seus filhos, [...], para poderem herdar os bens que lhes pertenciam. Esse ato levou a Rainha a rechaçar a atitude do Infante e a fazer um apelo impetuoso junto à Corte por aqueles bens. Porém, não a favor do cunhado, mas sim, em defesa dos bens como patrimônio do reino e herança dos seus próprios filhos. (GIMENEZ, 2005, p. 44).

O que percebemos aqui é a influência da rainha Isabel em defender os interesses do reino português, que, conseqüentemente, passaria a ser de seus filhos. Por isso, diante das contendas travadas entre os irmãos, Isabel intervém diretamente para a resolução desse problema de forma pacífica sem maiores preocupações. Diante do envolvimento de Isabel nessa questão, Gimenez (2005) assegura que em 6 de fevereiro de 1297, D. Dinis legitimou os sobrinhos, porém isso não fez com que acalmasse a fúria de seu irmão, pois permaneciam em constantes disputas por patrimônios. Só com a morte de D. Afonso é que há uma trégua em relação às disputas por territórios. Mesmo assim, D. Dinis se envolve em outra disputa, dessa vez os embates são com o seu filho legítimo, o infante Afonso.

Assim como o tio paterno, o filho de D. Dinis e Isabel também se chamava Afonso. Ele se envolveu em constantes disputas com o pai, constituindo outra questão política na qual a rainha se envolve. Os embates se deram em virtude das regalias proporcionadas por D. Dinis aos seus filhos bastardos, em especial a Afonso Sanches, por quem tinha forte afeição, chegando a dar-lhe o cargo de Mordomo-Mor no palácio real, concedendo-lhe dessa forma, acesso aos assuntos internos do reino. Isso provoca ainda mais a revolta do filho legítimo, por ver sua posição de herdeiro do trono ameaçada, como também pelo surgimento dos rumores a respeito do pedido de D. Dinis ao Papa para legitimar o bastardo, para que ele ocupasse o seu lugar de sucessor do trono real, posição essa, que só conquistaria enquanto filho reconhecido como legítimo pelo Papa. Daí a preocupação de Afonso, que corria o risco de ver seu lugar de direito usurpado pelo irmão bastardo. Por estes motivos, “Os choques entre D. Dinis e o filho foram marcados por uma longa disputa, iniciada em 1320, e que perduraria até o ano de 1324.” (GIMENEZ, 2005, p. 55).

Diante dessas contendas, os poderes políticos da época trabalharam para que ambos não transformassem essa inimizade em um combate armado. Foi, portanto, em meio a essas adversidades que a rainha Isabel buscou auxílio ao Papa para solucionar o dissabor de uma guerra entre eles. Ainda houve a participação do reino aragonês nesses conflitos. Jaime II troca algumas cartas com D. Dinis com o propósito de mediar um acordo de paz no reino português. Porém, todas essas intervenções não impediram a guerra entre pai e filho. Aumenta a proporção da discórdia, chegando ao ponto de D. Dinis mandar Isabel viver em Alenquer, pelo fato de o desencadeamento das batalhas sempre acontecerem em territórios onde a rainha tinha senhorio, o que teria levado o rei a

entender que o filho contava com a ajuda financeira da mãe. Tempos depois, porém, se dá conta do engano cometido, pois mesmo assim o filho se fortalecia cada vez mais, D. Dinis reconciliou-se com a rainha e esta atua como pacificadora entre o marido e o filho:

O facto é que Isabel de Aragão fez todos os esforços para apaziguar as contendas, e não teve poucos desgostos com aquelas discórdias. As crónicas afirmam que, no ano de 1323, quando os exércitos inimigos estavam perto do Campo Grande, a rainha, sozinha e montada numa mula, atravessara as hostes que se digladiavam, no meio da refrega e dos projectéis das forças avançadas que já tinham encetado a peleja, e que só a muito custo é que conseguiu evitar a batalha. (BENEVIDES, 2011, p. 125).

Tomando o trecho citado, nesse momento fica evidente o famoso episódio da mulinha de Isabel, em que se põe em meio a um exército para intervir e acalmar a fúria do filho contra o pai. A rainha sofreu muito com esses conflitos e sentiu grandes dificuldades para apaziguar a luta, em virtude dos ciúmes do filho pela coroa portuguesa.

Jaime II, assim como Isabel, em uma atitude pacificadora intervém no conflito de D. Dinis com o filho, objetivando encontrar o melhor acordo para ambas as partes, mas o conflito só termina, de fato, com a morte de D. Dinis. Conforme Leite (1993), “a Rainha Isabel aparece-nos [...] na cena política sempre com o maior entusiasmo, intenso empenhamento nas decisões do Estado e grande vigor diplomático” (p. 187). (LEITE, 1993, p. 187).

Mesmo após a morte do pai, Afonso, ao assumir o trono, não se contenta com a presença dos irmãos bastardos, manda executar Afonso Sanches e inicia uma perseguição aos demais irmãos. Nesse período, também é definida a ida da rainha Isabel para o Mosteiro de Santa Clara, onde viveu seus últimos dias de vida. Após a morte do esposo, ela passa a viver no mosteiro e adota o hábito de freira Clarissa. Nesse período de sua vida, Isabel inicia as obras deste convento, porém, anos antes D. Mor Dias:

Tinha mandado construir umas casas, [...] nas quais tencionava passar o resto dos seus dias com donas de Santa Clara. [...] Quando, porém os cônegos de Santa Cruz viram que Maior Dias estava a edificar um convento de outra ordem, colocaram-lhe entaves, por inveja. Assim, só em 1286 é que começou a edificação do mosteiro, que, depois de concluído, não chegou contudo a ter a sanção de Roma, falecendo D. Maior em 1302. (BENEVIDES, 2011, p. 128).

D. Mor Dias era uma senhora que continha muita riqueza, e tinha por desejo a construção de um convento, que posteriormente, a rainha santa Isabel se envolveria. Depois da morte da fundadora do convento, Isabel vê a possibilidade de conciliar a construção dos dois conventos, porém por causa das intrigas feitas pelos frades de Santa Cruz não é possível à realização, pois se tornaram titulares dos bens deixados por D. Mor. Novas contendas surgem, e a cobiça dos frades provoca o arrependimento do Bispo de Lisboa, D. João, que havia concedido à guarda dos bens de D. Mor. Diante deste fato, D. João leva o processo a Roma para ser negada a titulação dos bens aos frades.

Enquanto isso, as obras do Convento de Santa Clara, iniciadas por Isabel, estavam quase prontas. Para a construção do edifício, a rainha recebeu contribuições de seu filho e de pessoas da alta nobreza, e por isso, “não lhe faltavam meios; Isabel tinha recebido do seu esposo doações. A mulher de D. Dinis também recebeu várias doações particulares.” (BENEVIDES, 2011, p. 129). Isabel não só fundou esse convento, mas também:

O Hospital de Coimbra, o Hospital de enfermos e enjeitados de Santarém, o Hospital de Leiria e o Mosteiro de Religiosas de Cister, em Almoester; construiu, na igreja do Convento da Trindade, a Capela da Senhora da Conceição, cumprindo um juramento que fizera, no meio da sua dor dilacerante, por ocasião da guerra civil entre o seu esposo e o seu filho. (BENEVIDES, 2011, p. 129).

Entretanto, com o tempo as obras do antigo Convento de Santa Clara e outras construções realizadas pela rainha foram arruinadas pela água e areia do Mondego, acarretando a mudança das freiras que lá viviam. Com o passar do tempo, Isabel pede ao Bispo de Lisboa a administração do Convento iniciado por D. Mor, e assim são concedidos a ela poderes necessários para expandir essa obra.

### **2.3 Isabel de Aragão: mulher virtuosa e pacífica**

Outro fato relevante para a história da rainha portuguesa é a atitude de mulher virtuosa, perante o envolvimento do esposo com diversas mulheres. Ao saber disso, Isabel apresenta-se convicta de sua posição de rainha e esposa, e acima de tudo exalta a

sua dignidade e altivez de mulher diplomática. Apesar de sofrer com a infidelidade do esposo:

Nunca lhe viram o semblante alterado, nem ela deixava de tratar humilde e amorosamente o seu marido. Mandava criar e sustentar bastardos, filhos do rei, administrando o sustento deles, como o bom ensino e criação, sem diferenciá-los nisto dos que eram os seus legítimos filhos. Orava sem cessar, sofria em silêncio, deixando ver cada dia mais a sua magnanimidade e o desassombro do seu coração e esperava. Os bastardos do marido tiveram cabida e quinhão do seu amor. (LEITE, 1993, p. 111).

Como é possível perceber, a expressão adotada pela rainha serve para enaltecer a sua personalidade, que ao invés de sucumbir aos murmúrios e fofocas do castelo, sobre as concubinas do marido, demonstra grandeza de caráter, preocupa-se com seus afazeres de rainha e, também, volta-se mais ainda para suas orações.

Uma outra questão relevante na vida dessa rainha são as suas atitudes de bondade para com os necessitados. Ela entreviu na doação de suplementos para abrigados “em diversas casas do reino, [...] e ações para a construção de hospícios, conventos, casas de regeneração, orfanatos e albergues, entre outros.” (Gimenez, 2005, p. 86). A rainha ao se deparar com tanta miséria ao seu redor decide ajudar aos necessitados, alimentando-os, vestindo-os e até mesmo, cuidando de suas enfermidades. Fez essas ações de caridade, muitas vezes, com suas próprias rendas.

As ações de bondade da rainha cresciam cada vez mais em Portugal, o amor e o carinho com que tratava os leprosos e também as disputas familiares que ajudava a resolver, fizeram que muitos a exaltasse como a uma Santa, mesmo quando ainda era viva. Foi uma rainha que deixou uma vida rodeada de riquezas na corte para viver de forma simples e humilde à disposição de pessoas carentes e necessitadas, utilizando o seu poder de rainha para fazer o bem. De tanto se dedicar aos pobres, ficou por eles venerada e começou-se a dizer em Portugal que ao se recorrer a ela se obtinha milagres. Por conseguinte, as pessoas a admiravam e acreditavam ter sido ela enviada por Deus. Dessa maneira, Isabel sentia-se feliz, trocou a vida rodeada de luxos na corte para viver e ajudar aos necessitados e, principalmente, frequentar lugares imundos nunca antes perpetrados por ninguém de igual importância.

Isso se deve, principalmente, ao fato da sensibilidade religiosa da época, que na passagem do século XIII para o século XIV, “o cristianismo do Ocidente Medieval foi marcado profundamente pela inclusão de novas práticas da experiência religiosa.” (GIMENEZ, 2005, p. 86). Logo,

Para a transmissão dessa nova prática religiosa, os locais de mediação deixaram de ser apenas os claustros e passaram também a ser as praças das igrejas e dos mercados, enfim, as cidades. O reflexo dessa mudança estimulou também a criação de capelas de particulares para atender à nobreza e a pequenos grupos sócio-profissionais, o que contribuiu para a proliferação de relíquias e objetos sagrados para uso pessoal. [...]. No entanto, o essencial dessa nova vida religiosa foi a mudança para uma devoção direta a um Cristo, cujos exemplos todos deveriam imitar. Para cumprir esse ideal de ajuda ao próximo, e em especial aos pobres do reino, a Rainha Isabel, assim como outros governantes de seu tempo, fez das ações altruísticas uma condição de vida. (GIMENEZ, 2005, p. 87).

Como nos mostra a citação, a relação da rainha Isabel desde a infância com a ordem religiosa franciscana configura total importância para o seu espírito religioso e magnânimo. Foi, portanto, uma rainha que no exercício do poder, utilizou como prerrogativa essencial o auxílio aos menos favorecidos, obrigando, inclusive aos mais abastados do reino a distribuição de bens aos mais carentes. De tal maneira, esse “espírito franciscano sensibilizou a Rainha [...] que ela utilizava até mesmo parte dos seus recursos pessoais e dos rendimentos do reino para fornecer alimentos e vestimentas aos que neles residiam.” (GIMENEZ, 2005, p. 88). Durante sua vida, Isabel dedicou-se aos pobres, a manter seus entes familiares unidos, bem como os habitantes do reino que viviam em estado de extrema pobreza e eram assistidos por sua benevolência. Essas atitudes caracterizam-na como mulher nobre e rainha cristã, tornando-a, sob a ótica de muitos, modelo de virtude.

Embora a rainha Isabel tenha se dedicado veementemente a auxiliar os necessitados, e cultivar sua religiosidade após a morte do esposo, ainda manteve forte relevância nos assuntos relacionados ao reino português. Interessa-nos aqui destacar que “a Rainha, mesmo não tendo um papel de destaque político como outrora, ainda era informada sobre os problemas que envolviam as alianças entre os reinos da Península e era requisitada para tentar solucioná-los.” (GIMENEZ, 2005, p. 166). Um fato político em que a rainha intervém de maneira direta ocorreu quando fez sua última viagem para tentar aplacar o agravamento das relações políticas entre Portugal e Castela, em que, respectivamente, o seu filho Afonso e o seu neto Afonso XI de Castela estavam em contendas. Nesse momento, fica evidente o agravamento da sua doença, o que, conseqüentemente, levou à sua morte. Portanto, a sua intervenção não teve os resultados esperados, pois foi “Surpreendida pela morte, quando apenas começava a tentar a empresa de reconciliação, a rainha viúva não pode congrega os dois monarcas.” (VASCONCELOS, 2005, p. 12).

## 2.4 Morte da rainha Santa Isabel

Isabel faleceu atingida pela peste, deixando explícito em seu testamento o desejo de ser sepultada no Mosteiro de Santa Clara. Assim descreve Vasconcelos (2005): “Finou-se a Rainha D. Isabel, [...] na noite de quinta-feira, 4 de julho de 1336.” (VASCONCELOS, 2005, P, 19). Após sua morte, surgem as primeiras manifestações da devoção e do culto a sua figura como mulher Santa, mais precisamente ao longo do percurso que fizeram com o corpo da rainha, de Estremoz à Coimbra. O rei Afonso, quis cumprir a vontade de sua mãe, e em decorrência disso, planeja a viagem. Mas é aconselhado de que seria melhor sepultá-la “na igreja de São Francisco de Estremoz, ou na catedral de Évora, [...] e, quando tivesse terminado a decomposição cadavérica, então se transladariam os ossos para Coimbra” (VASCONCELOS, 2005, p. 21), no entanto, o rei insiste e decide levar o corpo de imediato. Mas havia grande preocupação por parte dos presentes, pois,

As circunstâncias em que se achava o cadáver, as condições de temperatura, excessivamente elevada, e a distância de Estremoz a Coimbra, que obrigaria a uma demora de muitos dias; tudo fazia recear que a putrefacção sobreviesse e tornasse impossível o transporte. (VASCONCELOS, 2005, p. 21).

Mesmo depois de alertado do risco que correria ao levar o corpo por vários dias em excessivo calor, o rei Afonso prossegue com o desejo de sepultar sua mãe em Coimbra. Nesse momento, fica claro na história da rainha Santa Isabel, segundo alguns estudiosos, tais como Leite (1993) e Vasconcelos (2005), um milagre do qual todos se maravilhavam e davam graças e louvores, pois, conforme Vasconcelos (2005),

Passados os primeiros dias de marcha, o muito calor começou a abrir fendas nas juntas das tábuas do ataúde, e, apesar da insuficiente precaução da pele de boi, com que o tinham forrado, por essas fendas escorriam líquidos vindos do interior. [...] Mas, ou fosse efeito da grande quantidade de essências aromáticas que porventura tivessem empregado na preparação do cadáver, ou fosse fenómeno sobrenatural, o ataúde exalava cheiro agradável. [...] Os prelados, os nobres, as damas da corte, o povo todo, proclamam desde logo o grande milagre. (VASCONCELOS, 2005, p. 22).

Percebemos que, diante desse fato ocorrido, o autor levanta um questionamento a respeito desse milagre, pois como envolveram o corpo com muitas rosas para evitar justamente o mau cheiro da putrefacção, talvez o cheiro exalado fosse apenas o líquido

da decomposição natural do corpo misturado ao odor das rosas. Isso nos leva, necessariamente, a refletir sobre a possibilidade de não ter sido, verdadeiramente, um milagre.

Após esse fato, continua-se a jornada rumo a Coimbra. Ao chegarem se depararam com grandes aclamações por parte de todos os povos que choravam a morte da rainha, que por diversas vezes lhe supriram as necessidades. Por haver esse tumulto,

O bispo de Lamego D. Fr Salvado e outras personagens da corte, [...] começaram a recear que a muita dedicação e veneração do povo levasse aquela gente ao excesso de violarem o ataúde, para [...] contemplarem a rainha [...] e para se apoderarem de relíquias [...]. (VASCONCELOS, 2005, p. 24).

Percebe-se, portanto, que ao temer uma grande revolução por parte do povo, por já venerarem a rainha Isabel como Santa, os responsáveis pelo funeral decidem sepultar clandestinamente o corpo. Porém, acabam por não “fazer-se por uma circunstância fortuita que obsta à realização do plano combinado.” (VASCONCELOS, 2005, p. 24). Essa circunstância, da qual fala o autor poderia ter sido um milagre divino, tal como o mesmo explicita, baseando-se em documentos de confiança, os quais afirmam que quanto a esse fato, “Deus enviou aos que projectavam executar isto um sono tão prolongado, que nenhum deles acordou senão dia claro [...]” (VASCONCELOS, 2005, p. 112).

Mesmo atemorizados, fazem-se as exéquias do corpo da rainha, porém, não foi possível evitar o tumulto das pessoas, que desejavam se aproximar do caixão para assistir pela última vez a venerada Santa. Com base em Vasconcelos, “As pessoas que conseguiram chegar até junto do caixão rasgaram o pano de púrpura [...], para com religiosa devoção guardarem os pedaços.” (VASCONCELOS, 2005, p. 24). Enfim, terminado o cortejo fúnebre “corre-se a tampa, e assim fica sepultada a Rainha D. Isabel na sexta-feira 12 de julho [...] de 1374.” (VASCONCELOS, 2005, p. 25).

Outro ponto que devemos considerar é que, mesmo antes de ocorrer a beatificação da rainha Isabel, já se encontravam indícios de veneração por parte do povo. As suas virtudes de mulher bondosa, não só para os pobres, mas também para com os ricos e nobres que a admiravam por ser uma mãe carinhosa, bendiziam as suas ações benéficas. Por isso, em toda parte era apontada como virtuosa e digna esposa, mãe e rainha. Diversos fatos ocorreram para que ela fosse tão admirada e cultuada, tais como a cura de paralíticos, cegos, doentes, mulheres estéreis, entre tantos outros milagres que



foram logo em seguida atribuídos a ela, e documentados. A rainha era invocada e suplicada a sua intercessão junto a Deus por graças e benefícios recebidos, que a revestiram “de uma auréola sobrenatural o vulto já tão simpático [...] da virtuosíssima rainha. Neles encontra o investigador a gênese histórica do culto público, que lhe foi prestado antes da beatificação.” (VASCONCELOS, 2005, p. 110).

Dentre esses milagres atribuídos à Santa rainha, faz-se necessário apontar um dos quais há muita especulação, quanto à sua veracidade. Este milagre é o famoso milagre das rosas. Em relação aos fundamentos apresentados por Leite (1993) em consonância com José Agostinho, esse milagre é descrito da seguinte forma:

Certa tarde vira que a Rainha levava no seu avental muito pão e dinheiro. O monarca precisava ouro para realizar várias e grandes obras que tinha em mente... a caridade de Isabel mostrou-lhe o depauperamento dos rendimentos da Coroa. A Rainha encontrou-se com um magote de velhos mendigos, nenhum acusava menos de 65 anos, mostrando falta de forças para o trabalho [...]. Disse que contassem com a Rainha, que era irmã deles em Jesus Cristo. E abrindo apressadamente o avental começou a distribuir o pão e o dinheiro. Alguém lhe perguntou que fazia senhora, que malbaratava assim com ociosos os recursos da Coroa em detrimento de Obras maiores. A Rainha virou a cabeça e viu El-Rei de semblante carrancudo e vincado, mas disse num sorriso todo meiguice e placidez que então o Rei e Senhor dela, achava que a Rainha de Portugal não devia cobrir, ao menos com flores as misérias e as chagas dos desgraçados, e desdobrando o avental caíram no pavimento muitas ondas de rosas de deliciosa fragância. Voltando-se para os mendigos ordenou-lhes que lhe mostrassem as suas pobres esmolas. Mas D. Dinis atônito e humilhado mal podia erguer o olhar altaneiro e não pôde articular uma palavra e Isabel murmurando em voz melodiosa e tranquila perguntou-lhe se não sabia, esposo bem amado que se ouro é dos Reis, as Rosas eram das Rainhas. (LEITE, 1993, p. 175-176).

Com base nos estudos de Vasconcelos (2005), esse milagre aconteceu quando ocorre a conversão de dinheiro em rosas, em pleno inverno. E assim descreve o referido estudioso, baseando-se em Perpiniano, a respeito do milagre: “notando que essa crença não se baseia em documento nenhum, que não há autor que dela fale, e que outro fundamento histórico não tem, apenas a tradição oral.” (VASCONCELOS, 2005, p. 52), portanto, diante do exposto, não fica bem claro, se concede a esse milagre confiabilidade ou apenas relatos da tradição oral. O que podemos perceber é uma incomensurável semelhança desse milagre atribuído a Isabel de Aragão com o realizado pela sua tia avó, Isabel da Hungria, que também dedicou sua vida a ações altruístas. Por isso, resta-nos a infinita dúvida da veracidade desse milagre, pois como o nome de ambas as rainhas eram iguais e também as ações que praticavam ganhavam contornos

semelhantes, talvez tenha havido confusão em relação às duas que, por conseguinte, foram canonizadas Santas.

Após o culto prestado pelo povo e pelas bênçãos recebidas pela Santa rainha, se começa a pensar na sua canonização, porém, teriam que encontrar provas suficientes para comprovar tamanha santidade que é atribuída a rainha Isabel.

Era pois necessário que se conservasse, ao lado dos públicos instrumentos dos milagres, uma biografia fidedigna, que a todo o tempo pudesse atestar que D. Isabel era um portento de virtudes. Por isso se redige logo em seguida a *Lenda*, que formaria com os restantes documentos, segundo a jurisprudência canónica então em vigor, prova suficiente para a rainha ser canonizada. (VASCONCELOS, 2005, p. 125, grifo do autor).

Por isso, foi solicitado pelo Papa a apresentação de documentos escritos e testemunhos orais que comprovassem a santidade da rainha e os milagres que teria realizado, para então iniciar o processo. Foi realizada a beatificação da rainha Isabel em 15 de abril de 1516, permitindo a todas as Igrejas de Coimbra comemorar o seu ofício litúrgico. Além disso, foi ordenado que nessas instituições religiosas se colocassem entre as imagens de santos a dela, e que os fiéis lhe dirigissem preces, lhe prestassem culto e veneração. Porém, ficou bem claro por parte do pontífice que não queria “de modo algum que se supunha a referida bem-aventurada inscrita no catálogo dos santos” (VASCONCELOS, 2005, p. 130), enquanto não fosse solenemente canonizada. Com decorrer do tempo, as várias localidades próximas a Coimbra também começaram a prestar culto a Santa rainha, no entanto, no reino de Aragão, onde nascera não havia reconhecimento e veneração por ela. Quanto à canonização oficial realizada pela Igreja Católica só foi alcançada depois de feito um longo processo investigatório.

Diante de tamanha repercussão para a História de Portugal, a rainha Isabel foi canonizada como Santa no dia 25 de maio de 1625, e a partir disso, começam a prestar-lhe culto. Até os dias de hoje, comemora-se o dia de sua morte em 04 de julho, e as Festas do Espírito Santo, criada por ela é mantida como tradição em Portugal.

Após esse breve estudo sobre a vida e os acontecimentos envolvendo essa virtuosíssima rainha, concluímos que independentemente de ser canonizada após alguns séculos de sua morte pela Igreja Católica, Isabel foi uma figura de importância imprescindível para a História de Portugal. Isto não só pelas ações das quais realizou, mas pelas contendas familiares que resolveu e também pela exaltação e admiração que recebeu em vida.

*O alardear textual da incerteza reverte a favor da subjectividade, essa face escondida dos documentos, [...], a propósito da biografia, e que tem como corolário a consciência exacta de que na impossibilidade de aceder ao real do passado se pode substituí-lo pelo imaginário do presente.*

Maria de Fátima Marinho

## **CAPÍTULO II**

### ***ISABEL DE ARAGÃO RAINHA SANTA: ELEMENTOS DO ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO NA NARRATIVA DE VITORINO NEMÉSIO***

### 3.1 Aspectos do romance histórico tradicional e contemporâneo

Nesse novo tempo de imensa expansão da prosa de ficção, o romance histórico tem, a partir da segunda metade do século XX, retomado com força o passado e a História. Essa retomada acontece em decorrência da condição que o romance tem de reconstituir a História e o passado. Antes de mais, precisamos levar em conta que o romance histórico é um gênero narrativo híbrido, surgido de um processo de combinação entre História e ficção.

A concepção de gênero romanesco tem proporcionado um aspecto inovador à narrativa ficcional que, por meio do romance histórico contemporâneo, busca a criação de versões diversificadas para um mesmo fato histórico. Proporciona reflexão e, sobretudo, “a visão romântica do mundo, do romance histórico de Scott, cedeu lugar a um profundo questionamento e busca de identidade no fato histórico em si, que, sob a óptica do romancista, é reconstruído ficcionalmente.” (ESTEVEVES, 2010, p. 35).

Nesse aspecto, o discurso histórico não traz novas informações sobre o passado, mas, produz “*interpretações* de seja qual for a informação ou o conhecimento do passado de que o historiador dispõe.” (WHITE, 1991, p. 02, grifo do autor). Dessa maneira, o romance histórico contemporâneo faz uma releitura crítica da história, proporcionando ao leitor o desenvolvimento de variados pontos de vista para um mesmo fato histórico, com o objetivo de verificar a verdade, muitas vezes estabelecida pela historiografia. Nesse sentido, os romancistas buscam, através de suas obras, apresentar o passado por meio da ficção com plena autonomia de invenção. Alguns romancistas rompem totalmente com o modelo tradicional do romance histórico, tal como foi estabelecido por meio das obras de Walter Scott, outros, porém, ainda mantêm-se presos a essa concepção, apenas com algum relance no que se refere ao novo modo de retratar a História, o romance histórico contemporâneo.

Partindo da ótica aristotélica, é dado ao historiador a possibilidade de se aproximar ao máximo do que ocorreu, e ao literato daquilo que poderia ter acontecido ficando o primeiro restrito à verdade, e o segundo à verossimilhança. Prieto (1998) apresenta argumentos dos quais nos mostra que a história e a ficção tinham uma estreita relação desde os romances gregos aos medievais entre os séculos I e IV. “Novela e historia caminam, pues, muy próximas desde La Antigüedad sin que sea factible establecer fronteras nítidas entre las dos formas de narración ni en los mecanismos

formales ni en los efectos sobre el lector.” (PRIETO, 1998, p. 47)<sup>1</sup>. De tal modo, tanto a historiografia apresentava estilos literários em seus textos, como os relatos históricos permitiam a inserção da ficção nos seus escritos. Assim, as principais características do romance histórico consistiam em apresentar o tema histórico como item essencial para o início da narração, e haver um diálogo entre o ficcional e o histórico. White (1974) assevera:

É isso que me leva a pensar que as narrativas históricas são não apenas modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados. Vista de um modo puramente formal, uma narrativa histórica é não só uma *reprodução* dos acontecimentos nela relatados, mas também um *complexo de símbolos* que nos fornece direções para encontrar um *ícone* da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária. (WHITE, 1974, p. 105, grifo do autor).

Por conseguinte, cada nova história, seja contada pelos romancistas ou historiógrafos, torna-se objetos de interpretações, pois, ao descrever os eventos históricos, dá-nos a direção que devemos seguir e refletir a respeito dos acontecimentos.

Cada vez mais a concepção de romance histórico afasta-se do romance histórico romântico. Isso se deve à mudança significativa ao longo dos anos, da visão que se tinha de História, e por isso ocorre o aperfeiçoamento narrativo do romance histórico tradicional para o contemporâneo, trazendo novas propostas de trabalhar a História na ficção de uma forma mais crítica, possibilitando uma reinterpretação do passado. Os novos romances contemporâneos adotam como questão fundamental a desconstrução de valores tradicionais, buscando apresentar uma releitura crítica da História. Para isso, elaboram diferentes versões para um mesmo acontecimento, com o propósito de instigar o ponto de vista do leitor. Os conceitos estudados por Linda Hutcheon acerca dos romances históricos pós-modernos leva-a a caracterizá-los como metaficção historiográfica, dado que “sugere que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico.” (HUTCHEON, 1991, p. 147).

É necessário atentar que alguns detalhes são importantes de ser notados quando se trata do romance histórico tradicional, pois são fundamentais para compreendermos

---

<sup>1</sup> Romance e história caminham, pois, muito próximas desde A Antiguidade sem que seja possível estabelecer fronteiras nítidas entre as duas formas de narração nem os mecanismos formais nem os efeitos sobre o leitor. (PRIETO, 1998, p. 47, tradução nossa).

as mudanças em relação ao contemporâneo. Para especificar melhor, segue a explicação de Esteves (2010):

O esquema do romance histórico criado por Scott, que acabou por se impor como modelo, obedece a dois princípios. O primeiro deles é que a ação ocorre em um passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas ajudam a fixar a época. Sobre esse pano de fundo situa-se uma trama fictícia, com personagens e fatos inventados pelo autor. Além disso, como segundo princípio, os romances de Scott e seus seguidores, bem ao gosto romântico, costumam introduzir na trama ficcional um episódio amoroso geralmente problemático, cujo desenlace pode variar, ainda que, na maioria das vezes, termine na esfera do trágico. (ESTEVES, 2010, p. 31-32).

Partindo-se do modelo scottiano para a metaficção historiográfica, é a partir da metade do século XX que fica mais evidente, em muitos romances históricos, a finalidade da inserção da paródia e da ironia, visto que há a preocupação de uma releitura crítica dos fatos históricos, agora recontados e refletidos pelos autores de ficção. No entanto, como visto anteriormente, é pertinente considerarmos que há uma fase de transição, na qual alguns romances não rompem totalmente com os conceitos estabelecidos pelo romance histórico tradicional, pois muitos ainda preservam características deste. Como exemplo, podemos indicar o romance *Isabel de Aragão rainha santa* (2011), que, em se tratando de uma narrativa histórica, apresenta evoluções, chegando a conter traços da metaficção historiográfica, porém apresenta ainda uma visão sobre a rainha não muito diferente da visão historiográfica.

### **3.2 Isabel de Aragão no romance de Vitorino Nemésio**

*Isabel de Aragão rainha santa* (2011) apresenta os fatos que permearam o nascimento da princesa aragonesa, seu casamento com D. Dinis, e, posteriormente, sua atuação no cenário português, ao assumir o lugar de rainha, como também sua morte e ida ao mosteiro de Santa Clara, após a morte do esposo. De certa forma, o discurso é equacionado conforme os diversos estudos históricos que tratam de Isabel, o que difere é o fato de o autor não mencionar em seu romance nenhum milagre atribuído à rainha, nem mesmo o milagre das rosas tão comentado por diversos romancistas e estudiosos da historiografia.

Por isso, o romance de Nemésio pode ser analisado como fazendo parte de um período de transição entre o romance histórico tradicional e o contemporâneo, denominação esta dada a partir dos estudos da pós-modernidade. Histórico por retratar como personagem principal uma figura que é parte da História de Portugal e contemporâneo por trazer reflexões e comentários a respeito do assunto tratado de forma interpretativa e analítica. Marinho (1999), ao reiterar o ponto de vista de Georges Lukacs sobre romance histórico, nos proporciona o entendimento de que este romance pode ser analisado desse modo, por apresentar diversas características pertencentes ao gênero. Essa autora estudiosa do romance histórico português nos relata que:

Todavia, ao romance histórico (ao tradicional, pelo menos) não interessa a repetição de grandes acontecimentos históricos, mas uma espécie de ressurreição poética dos seres humanos que deles fizeram parte. [...] a história é verdadeira, a tradição verossímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria. (MARINHO, 1999, p. 22).

Isto é o que está se configurando, na contemporaneidade, por parte do romance histórico, uma retomada dessa História, trazendo à tona uma identidade ligada ao coletivo da nação. Isso é algo considerado de grande importância por Marinho (1999), porque todas essas novas demandas fazem com que a História seja mostrada de diversas formas e, portanto, o romance histórico se apresenta como tendo “uma função trans-temporal entre o seu tempo e os tempos passados” (MARINHO, 1999, p. 13), embora seja necessário lembrar que não é tão somente o fato de remeter a um passado distante o critério definidor para que o romance seja considerado histórico. É esta ressurreição poética da qual fala a autora que podemos encontrar no romance *Isabel de Aragão rainha santa*.

Assim, como esse romance traz em seu conteúdo observações sobre a rainha Isabel, comentários e, de certa forma, reflexões críticas acerca de sua vida, constrói-se um discurso que se aproxima da caracterização de um romance contemporâneo, como nos aponta Marinho:

[...] O tipo de discurso de Nemésio, cheio de comentários ou de reflexões e de uma ou outra incerteza, baseada na impossibilidade do conhecimento efectivo, aproxima-se da metaficção historiográfica pós-moderna [...]. (MARINHO, 1999, p. 132).

Tomando o trecho citado percebemos que, como o romance histórico redefine o modo de ver a História e traz uma versão que se afasta um pouco dos documentos



históricos, colocando em cena novos personagens, Isabel vai ser retratada em diversos escritos como uma mulher extraordinária. Comprovamos nesse romance essa exaltação de Isabel como rainha Santa, pois traça seu perfil de rainha importante para a política interna de Portugal, bem como pacificadora de vários conflitos relativos à Coroa. Além disso, Marinho explicita, ao tratar deste romance, que:

Nesta iteratividade própria de uma biografia que pretende apontar apenas o essencial, sem se prender com o acessório da anedota, está também presente a ironia que ajuda a desmistificar a vida pretensamente excepcional da mulher de D. Dinis, corroborando a consciência que Nemésio parece ter, antecipando muitos críticos da actualidade, de que qualquer forma de conhecimento histórico terá de ser eminentemente crítico e contextualizado [...]. (MARINHO, 1999, p. 136).

Nesse sentido, expõe que não há a necessidade de uma maior proximidade aos textos históricos, perpetrando uma releitura bem construída desse passado e dos personagens nele envolvidos, possibilitando, assim, inovações relacionadas ao romance histórico tradicional.

Com o propósito de apresentar a figura histórica, Isabel de Aragão, Vitorino Nemésio vale-se do discurso biográfico traçando seus principais feitos como infanta aragonesa e, posteriormente, rainha de Portugal. Este autor elucida os principais passos dessa rainha permeados por episódios semelhantes à sua vida. Porém, no que se refere à elaboração da narrativa, apresenta um discurso crítico do que, até então, se tinha por romance histórico. Na época em que foi escrito o romance, em 1936, as concepções acerca da escrita da história não eram as mesmas pertinentes à historiografia contemporânea. Por isso, o discurso de Nemésio configura-se só em parte como contemporâneo.

É um romance narrado em terceira pessoa e apresenta um narrador observador que proporciona um breve relato da descendência de Isabel, para depois reconstituir os principais episódios de sua vida. Várias nuances narrativas são apresentadas ao leitor, configurando a inserção do discurso de Nemésio na fase de transição. Como traços do romance histórico tradicional, traz a reconstrução da época da rainha Isabel alongando-se em descrições pormenorizadas, principalmente de ambientes e personagens. Isso configura o seu romance dentro da estética realista, pois, ao utilizar-se de descrições detalhadas, o romancista cria um modo de incorporar e assimilar os fatos narrados com o propósito de obter uma veracidade histórica. A seguir, apresentamos um fragmento do romance, no qual o narrador apresenta detalhadamente o perfil de Isabel:

Era bonita. [...] O retrato de C3lonia, 3nico aut3ntico, fala de uma solenidade vagamente luminosa, pr3pria de quem levou consigo um mist3rio e um car3cter. De cabe3a bem erecta, voada de v3us que a coroa cinge, olha docemente para baixo, numa atitude em que a ora33o e a autoridade se combinam. O pesco3o tem a inflex3o das mulheres altas, o queixo afirma vontade e qualquer coisa de menos sagrado, um ar feminino e bem humano; umas flores estampadas pelo sirgheiro no vestido sublinham esta impress3o. Traz um cord3o cheio de n3s e o alto de manto de rainha. (NEM3SIO, 2011, p. 13-14).

Vemos aqui o perfil da rainha Isabel descrito com bastantes detalhes tra3ados pelo narrador, nos dando a impress3o da 3poca em que vivia, bem como a postura que adotava no meio em que convivia. Logo no seu nascimento os pais decidem colocar o seu nome igual ao da sua tia Isabel da Hungria, que j3 havia sido, 3quela altura, canonizada pela Igreja Cat3lica. De acordo com a narrativa de Nem3sio (2011), tamb3m 3 atribu3da a Isabel a causa da suspens3o dos conflitos entre o av3 Jaime e o pai Pedro III, pois, ao nascer, a ira do av3 contra o herdeiro foi aplacando-se e come3ando a reinar a paz entre eles, pois foi se encantando pelo sorriso da neta, chegando a diferenci3-la dos demais netos. De tal modo, “distinguia-a entre os netos mais velhos como se ela fosse o primeiro, formando no 3nimo soberano uma vaga vontade de a afei3oar, de a encostar pouco a pouco ao trono ressequido dos 3dios e dos cuidados.” (NEM3SIO, 2011, p. 12)

Nem3sio apesar de n3o deixar expl3cito em seu romance que Isabel tinha um aborrecimento pela vida, tal como ser3 descrito por Franco (2010), nos deixa entender que era uma crian3a solit3ria e inconformada com in3meras situa33es do seu cotidiano. Assim, menciona:

J3 em pequena lhe atribuem suspiros <<pela solid3o>>, o gosto das esmolas, das rezas e dos jejuns. 3 poss3vel que adivinhasse e fosse entendendo 3 sua volta o rosar dos ego3smos, paix3es que mal escondiam a uma crian3a excepcional o seu forro feroz, toando formas b3rbaras a que a religi3o contrapunha um ref3gio seguro e atraente, que o pr3prio pecado sustentava com um complicado aparato de doa33es em vida e legados por morte. (NEM3SIO, 2011, p. 12-13).

Dito isto, percebemos que se atribui a Isabel essa devo33o pelo culto divino, como tamb3m o gosto em ajudar as pessoas necessitadas. Foi uma crian3a rodeada de luxos, tal como a posi33o social dos seus familiares permitia, e vivia sempre com aias a sua disposi33o, mas, apesar disso, procurava muitas vezes se inteirar de assuntos condizentes com a pobreza das pessoas que rodeavam o castelo onde vivia, dando pouca

importância aos privilégios que tinha no ambiente familiar. Com base no que foi citado acima, ao utilizar o termo *é possível* o narrador indica uma expressão de dúvida, o que leva o leitor a questionar e criar uma nova versão para esse acontecimento do passado. Ao pensar numa possível interpretação para um episódio histórico, o narrador deixa explícita a possibilidade de, ao deparar-nos com essas incertezas, buscarmos suposições e pequenos detalhes que o especifiquem, seja “costumes do tempo, as crenças e mentalidades [...] que ligam o sujeito à época ou ao corpo social a que pertence.” (MARINHO, 1999, p. 134).

Em *Isabel de Aragão rainha santa* (2011) Nemésio investe na representação do(s) mito(s) criado acerca da rainha para sua elaboração, recorrendo, para isso, aos valores, dados e concepções a respeito do tema que foram, de certo modo, convertidos em “fatos” tanto pelo povo português (via lendas, mitos e relatos orais) quanto pela historiografia tradicional. De certo modo, na representação de Nemésio Isabel é mais “rainha” do que o rei.

Como traço moderno, o narrador utiliza a ironia ao trazer fatos concernentes à vida das suas personagens, tal como podemos observar no trecho seguinte, quando nos mostra quão importante era a postura diplomática da rainha perante as adversidades que encontrava, dentre estas, as sucessivas relações extraconjugais do esposo. Vale ressaltar que, quanto a isto, no romance *Isabel de Aragão Rainha Santa* (2011), o narrador aponta D. Dinis como um homem que vivia de farras e que tinha várias outras mulheres e também filhos bastardos. Não menciona a posição destes, somente a posição de Mordomo-Mor de Afonso Sanches. “El-Rei tomara por barregã fulana ou Sicrana. Agora era Aldonça da Telha, Marinha Gomes, D. Garcia de Sacavém; logo, Maria Pires e Branca Lourenço. Quase se esgotavam os nomes que se dão na pia às fêmeas”. (NEMÉSIO, 2011, p. 42). E, mesmo diante disso e das intrigas e murmúrios no castelo, Isabel preservava a sua posição mostrando superioridade, conservando-se arredia aos falatórios sobre o assunto. O narrador passa a impressão de que ela se mostrava superior à conduta do esposo, comprovando a criação de realeza que recebera em Aragão:

Parece que estes disfarces amofinavam o rei e lhe faziam pegar mais algumas vezes na barba. Andava agora vagamente corrido, fechado nos seus negócios. Isabel era chamada mais vezes para corroborar; perdia-se uma certa noção das vantagens de não apartar propriamente da Coroa os privilégios e as rendas [...]. (NEMÉSIO, 2011, p. 42).

São nessas considerações acerca da vida da rainha Santa que o romancista exalta a sua dignidade e altivez de mulher diplomática, ainda que o faça de maneira sutil. O narrador, no decorrer das ações do enredo, expõe comentários reflexivos sobre o que vem sendo discutido, proporcionando ao leitor o desenvolvimento de uma possível interpretação para aquele fato narrado, tal como descreve:

Isabel recolhia à sua câmara acompanhada da sobrinha e da filha do Conde de Ventimilha. Era tempo de lhe dar boas aias do reino, donas de exemplo que pudessem contornar aquele castelo de fora-parte e conhecer-lhe as pontes, as roídas, a maneira como recortava as ameias douradas no horizonte... Lindo penteado loiro; pena que fosse escurecer!. (NEMÉSIO, 2011, p. 32).

Este é o momento em que se narra a chegada de Isabel a Coimbra, e o começo de uma nova vida. O que nos chama a atenção nesse trecho é o comentário implícito deixado pelo narrador no final da citação. Ao fazer isso, traz a compreensão de que aquela novidade toda na vida da rainha poderia lhe trazer grandes sacrifícios e sofrimentos futuros. E, como explicação para esse pequeno comentário, mais adiante no romance ele diz que o sofrimento correspondia às traições do esposo e às contendas em que teve de intervir, principalmente entre o filho e o marido. É um recurso estilístico muito pertinente, pois assim o leitor tem a possibilidade de fazer inferência ao que está sendo relatado e, possivelmente, uma interpretação crítica.

Outro recurso que devemos considerar como característica do romance contemporâneo no discurso de Nemésio é a utilização em suas falas de indícios de incerteza, que a princípio provoca no leitor a curiosidade para o que vai ser narrado e a possível interpretação deste. Conforme Marinho (1999):

reverte a favor da subjectividade, essa face escondida dos documentos [...] e que tem como corolário a consciência exacta de que na impossibilidade de aceder ao real do passado se pode substituí-lo pelo imaginário do presente. (MARINHO, 1999, p. 133).

Como podemos observar na citação acima, esse conceito nos mostra que não pode haver uma única verdade para um mesmo evento, mas várias versões de um conhecimento histórico distintamente crítico e contextualizado com diversas facetas que o leitor vai interpretando e resgatando a identidade de uma determinada época social:

E era este o filho o pretendente que convinha a Isabel. Em 1280 entravam em Aragão os emissários de D. Dinis, a tempo de fazerem valer as suas

pretensões a par da Inglaterra e de Nápoles. [...] As frases não deviam ser muitas: desenrolaram-se as credenciais, dizia-se o que se queria, recebia-se agasalho e a promessa de tudo se resolver pelo melhor [...]. (NEMÉSIO, 2011, p. 16).

Desse modo, os vestígios de incerteza residem nas seguintes palavras do narrador: *as frases não deviam ser muitas*, que deixa expressa a dúvida e traz uma hipótese possível e verossímil do momento, pois busca-se integrar um discurso subjetivo perante a concretude da qual trata os documentos históricos, e uma possível textualização para o acontecimento narrado, conforme destaca Marinho (1999).

Uma das características do romance histórico tradicional é a “fidelidade ao narrado, na pretensão de reconstruir o mais fielmente possível o passado evocado”. (MARINHO, 1999, p. 21). Percebemos, no decorrer da leitura do romance, muitos aspectos concernentes à vida de Isabel. Um desses acontecimentos verídicos é o famoso episódio da mulinha de Isabel, episódio este já relatado. Como vimos, esse episódio refere-se a sua intervenção pacificadora na tentativa de reconciliar o esposo D. Dinis e o filho Afonso.

Mas não era passado um ano quando vieram cavaleiros de Santarém dizer que D. Afonso se dirigia a Lisboa com todo o seu peso de gentes. El-rei respondeu que, se o filho se não contivesse, lhe sairia ao caminho como da outra vez [...]. O infante estendeu uma asa da hoste ao longo do Lumiar; El-rei desdobrou a sua nas terras do Campo Grande. Ferveram as primeiras pedradas. E estavam no melhor da refrega [...] quando se viu uma mula com andas de mulher passar na estrema dos campos. Não se distinguia o vulto que trepidava consoante o tropicar da cavalgadura; o pó amarelo, picado pelos virotões na terra talada, ardia; os olhos recusavam-se a crer. Para ser a Rainha, à rédea não ia ninguém. Mas de repente a lasca de uma pedra de funda tiniu ao pé da barbela; a mula encandeada, rodou sobre si mesma, [...]. Isabel estendeu a mão em sinal de segurança e de paz aos primeiros que lhe acudiram. (NEMÉSIO, 2011, p. 58-59).

Percebemos aqui, a caracterização de um acontecimento marcante na vida da rainha Isabel, retratado por meio da ficção. Dessa forma, também se configura o caráter diplomático de Isabel em manter a todo custo a paz e a união entre os entes familiares, pois enfrenta um exército para conciliar o marido e o filho desavindos. Nesse sentido, comprovamos que o assunto do enredo romanesco é a História, sem haver uma nova versão criada pelo romancista da personagem histórica diferente do que aponta os estudos históricos. Porém, tal discurso é subjetivamente reelaborado. Enfim, toma o tema histórico como ponto de partida para a narração.

Outra característica, que pode ser assinalada como própria do romance histórico tradicional é quando relata a viagem da santa rainha a Estremoz, já com a saúde abalada, com o propósito de acalmar os conflitos travados entre seu filho Afonso e o seu neto Afonso XI de Castela. Diante disso, fica evidente o agravamento da doença da rainha e, conseqüentemente, sua morte, impedindo a resolução dos conflitos entre os reis, tal como ela havia pensando em cessar. “No 1º de Julho tentou levantar-se, mas não pôde; [...]. A rainha ardia em febre, o calor era tanto que em todos os poiais de Estremoz a água chocava nas bilhas.” (NEMÉSIO, 2011, p. 76).

Como desfecho do romance é descrita a morte da rainha, em Estremoz, em 1336, entre os beijos do filho. Nesse momento, a rainha faz confusão do casamento do neto Pedro com uma mulher, cujo nome era semelhante ao de sua filha Constança, já morta.

O Pedro português, há dezasseis anos gago, ia casar com uma filha de D. João Manuel, viúva de não sei quem, prometida a D. João torto e falhada ao rei de Castela, marido de D. Maria. Parece que se chamava Constança e ainda não usava panos íntimos. Isabel, às vezes um pouco atordoada, estava vaindo-vai para fazer confusões e pensou na própria filha que viesse de vestes brancas desposar o neto gago, como quando pedira missa de clérigo casto por meio do ermitão meio bobo. Não era. Constança era filha de D. João Manuel – Santa Maria val’... Mas, espera... Então o infante D. Pedro não estava ajustado com D. Branca de Castela, que andava sendo criada em casa de D. Brites (a coroa de esmeraldas – para a nora)? Disseram-lhe que era assim mesmo, mas que o gaguinho a achava mesquinha de corpo para mulher. (NEMÉSIO, 2011, p. 75).

Nesse ínterim da narrativa, a rainha encontra-se em seu leito de morte, passando talvez por um delírio em que percebemos a confusão que faz quando cita a sua filha Constança que já havia morrido. É tão provável a dúvida da lucidez de Isabel que o próprio romancista utiliza o termo *parece*, enfatizando a possibilidade de a rainha apenas estar imaginando uma situação. Além disso, devemos observar como o próprio narrador deixa implícito o envolvimento do nome de Deus no que está sendo relatado pela enferma, deixando-nos confusos do real estado psíquico da rainha no momento. Portanto, Vitorino Nemésio traz uma versão do que teria passado no momento da morte de Isabel, o que, mais uma vez, configura o seu discurso numa fase de transição.

Assim, a novidade do discurso de Vitorino Nemésio “não reside na visão que apresenta da rainha, que basicamente não se afasta da tradicional, mas na forma como o discurso histórico se equaciona.” (MARINHO, 1999, p. 137). Percebe-se, portanto, quão importante são as contribuições de Nemésio no que toca ao romance histórico.

Pois, mesmo se tratando de um romance de transição, possibilita ao leitor criar sua própria interpretação dos fatos, a partir das incertezas apresentadas pelo narrador, o que permite uma nova reflexão acerca dos acontecimentos.

*A tentação de construir a outra história, de modificar o passado, não já pela apresentação dos mesmos fatos com diferente focalização, mas pela transformação pura e simples desses mesmos factos, seduziu os romancistas, na medida em que há a possibilidade de conjugar, simultaneamente, a História conhecida e a sua paródia, personagens reais e inventadas, factos verídicos com consequências subversivas, e que, a terem sido reais, modificariam a sequência dos acontecimentos.*

Maria de Fátima Marinho



### **CAPÍTULO III**

#### **INTERTEXTUALIDADE PARÓDICA NOS ROMANCES *MEMÓRIAS DA RAINHA SANTA E OS PECADOS DA RAINHA SANTA ISABEL***

#### 4.1 Buscando conceitos sobre romance histórico contemporâneo

As mudanças do romance histórico contemporâneo configuram uma reflexão por parte do romancista, não havendo mais uma visão romântica dos fatos históricos, tal como estabelecia o modelo scottiano. O romance histórico contemporâneo busca, através de sua narrativa, questionar e problematizar os acontecimentos “verídicos”, apresentados na ficção, em que expõe, comenta e complementa a realidade passada.

Linda Hutcheon (1991) aborda a narrativa histórica como metaficção historiográfica, que corresponde à problematização e à ampliação que temos de Histórias passadas. Nesse sentido, busca-se reescrever o passado dentro de um novo contexto, e inserir no mesmo campo discursivo a história e a ficção, a fim de desviar a ficção da categoria de marginalização. Este novo modo de perceber a História nos permite estar em contato com diferentes versões da historiografia, e não mais com uma verdade absoluta e inquestionável, como defende a historiografia, pois as narrativas metaficcionais se utilizam de abordagens críticas em relação à História – antes tida como verdadeira e agora como escopo de reflexões – e confere-nos o desenvolvimento de múltiplos olhares acerca de um discurso questionável.

Ao utilizarmos o conceito de metaficção historiográfica proposto por Hutcheon (1991), constatamos a paródia como recurso estilístico e buscamos identificar o uso desse recurso no discurso de Pilar del Hierro, ao tratar de Isabel de Aragão, e também no discurso do romancista Franco.

A paródia vem sendo objeto de vastos estudos nas últimas décadas pela sua natureza controversa, uma vez que traz em seu conteúdo a noção de comicidade e sátira, logo, imitação. A partir desses conceitos, Hutcheon (1989) parte da definição de paródia elaborada pelos estudos desenvolvidos por Bakhtin, no que concerne à polifonia e dialogismo, compreendidos como as múltiplas vozes de um texto, por ter uma característica voltada ao burlesco, e por ser um gênero intrinsecamente relacionado à sátira. Destarte, confere à definição de paródia importância fundamental para compreensão, não só da arte literária, mas da arquitetura ao cinema. Desse modo, Hutcheon (1989) vem discutir a natureza da paródia como um tipo de escrita na qual o autor utiliza seus pensamentos e ações adaptado-os a um novo objetivo. Em linhas gerais, a paródia para Hutcheon (1989, p. 54) é a “repetição, mas repetição que inclui

diferença [...] é imitação com distância crítica, cuja ironia pode beneficiar e prejudicar ao mesmo tempo”.

Ao citar Bakhtin, Hutcheon (1989) aponta que, para ele, esse recurso estilístico é inferior, marginalizado, e, por isso, a estudiosa supracitada elabora um discurso em que estabelece uma diferença entre a paródia pós-moderna e a imitação medieval e renascentista, uma vez que, no pós-modernismo, esta se apresenta como uma forma de dar sentido ao passado, enquanto no renascimento a paródia relacionava-se ao conceito de ridículo.

Segundo essa teórica, “A paródia não é a destruição do passado: na verdade, parodiar é sacralizar o passado e questioná-lo ao mesmo tempo.” (HUTCHEON, 1999, p. 165). Partindo desse conceito, percebemos que, através da paródia, os romancistas questionam fatos passados, proporcionando uma visão crítica sobre os acontecimentos, ao mesmo tempo em que criam uma versão diferente da História segundo sua visão analítica.

Por isso, os romances *Memórias da rainha santa* (2009) e os *Pecados da rainha santa Isabel* (2010) oferecem uma versão da História sobre a vida da rainha e, diante desta posição paródica, repensam o passado, levando-nos a questioná-lo através de comentários, constituindo, assim, a paródia um recurso estilístico que assume o papel principal quando se trata de narrativas distintas e inovadoras.

Através da metaficção historiográfica, há a tentativa de junção entre a história e a ficção, que, por meio da ironia e outros recursos estilísticos, tais como a metáfora e a metonímia, nos possibilita um reconhecimento do passado e sua reconstrução ficcionalmente deste. Pilar del Hierro traz um discurso inovador no que se refere ao romance histórico tradicional, e da mesma forma o romance *Os Pecados da rainha santa Isabel* (2010), que é narrado em terceira pessoa, também em alguns aspectos, traz uma versão diferente da oficial.

Isso configura a inserção do discurso de ambos nos conceitos trabalhados por Hutcheon (1991) sobre a paródia, pois de certa forma,

Utilizam a paródia [...] para questionar a autoridade de qualquer ato de escrita por meio da localização dos discursos da história e da ficção dentro de uma rede intertextual em contínua expressão que ridiculariza qualquer noção de origem única ou de simples causalidade. (HUTCHEON, 1991, p. 169).

Percebemos que a intertextualidade paródica nos romances históricos contemporâneos se volta para a avaliação da história de uma personagem ou fato histórico, com o intuito de reescrever a História e repensá-la num processo interpretativo. Nesse sentido, a paródia recria, reinventa e produz interpretações e questionamentos ao resgatar personagens ou eventos históricos, propiciando uma reavaliação do passado.

#### **4.2 Apreciação dos romances *Memórias da rainha santa* e *Os pecados da rainha santa Isabel***

O romance *Memórias da rainha santa* (2009), da escritora espanhola Maria Pilar Queralt del Hierro, é narrado ora em terceira pessoa, ora em primeira pessoa, na forma de autobiografia, no segundo caso apresentando a rainha Isabel como narradora de sua própria história. Nessa narrativa ela é, também, retratada como uma mulher corajosa e humilde que supriu as necessidades de muitos doentes e necessitados.

No primeiro capítulo, Pilar del Hierro apresenta em terceira pessoa a tentativa de um frade chamado Frei Ramón de Alquézar chegar ao Papa Urbano VIII com um manuscrito contendo as boas ações realizadas pela rainha Isabel. A partir do segundo capítulo, a narração é feita em primeira pessoa tendo Isabel como narradora da sua própria história, haja vista que o capítulo termina com a aceitação do Papa em ler o manuscrito que serviria como prova suficiente para canonizá-la santa. A romancista reserva o último capítulo para tratar da decisão do Papa em canonizar Isabel. É relevante destacar que, no prefácio, Pilar del Hierro deixa claro ao leitor o seu objetivo ao resgatar uma personagem histórica por meio da ficção, e assim expõe: “Não espere, pois, o leitor encontrar uma hagiografia nem uma biografia tradicional. Trata-se simplesmente de um romance com as respectivas implicações de recreação e subjetivismo.” (DEL HIERRO, 2009, p. 10). Portanto, permeado de eventos fictícios, mas que não deixa de apresentar a sua reflexão crítica e, por vezes, a desconstrução de certos fatos considerados históricos, como veremos mais adiante.

Já o segundo capítulo traz o relato contido no manuscrito. É a voz da própria Isabel a narrar sua história. É interessante notar a forma como equaciona o seu discurso,

possibilitando uma conversa com o leitor, deixando-o convicto de sua posição ao escrever suas memórias. Assim apresenta:

Vã pretensão a minha, a de querer dar fé da minha própria história. Terei de conformar-me em referir aquilo que ouvi contar a quem me acompanhou nos meus primeiros anos, esperando que a sua narração corresponda menos à sua percepção pessoal do que ao que realmente se passou. Certamente que é difícil o trabalho dos cronistas! Têm vontade de transmitir a história dos nossos dias, mas quem amanhã a lê, nunca poderá saber se contaram a história real ou a sua própria história. (DEL HIERRO, 2009, p. 39-40).

Observamos a narradora mencionar que, ao contar sua história, talvez não seja fidedigna tal como aconteceu, pois os primeiros anos da sua infância foram recontados pelos seus familiares e aias que viviam à sua disposição. O que implica dizer que se pode ter resumido ou acrescentado algo de sua história. E isso é de extrema importância para nosso foco de análise – a possibilidade de os romancistas parodiarem o passado por meio da ficção – pois, de imediato, percebemos que esse romance é diferente do analisado no capítulo anterior. Verificamos, ainda, a crítica explícita no trecho citado, quando a narradora menciona ser difícil o trabalho dos cronistas, pois não é possível contar com total veracidade um fato histórico em decorrência da reinterpretação que cada um faz ao contar episódios passados. Assim, convém salientar, consoante Hutcheon (1991) que “Uma obra literária já não pode ser considerada original; se fosse, não poderia ter sentido para seu leitor. É apenas como parte de discursos anteriores que qualquer texto obtém sentido e importância”, (HUTCHEON, 1991, p. 166). Portanto, um determinado texto só obtém sentido e importância como parte de discursos anteriores.

Com relação a *Os pecados da rainha santa Isabel* (2010), está dividido em sete longos capítulos, nos quais um narrador em terceira pessoa narra os fatos apresentados a respeito da rainha permeados por diálogos entre as personagens. Apresenta um retrato da Europa Medieval, narrando as batalhas entre os guelfos e gibelinos, entre grandes reinos europeus, a fim de mostrar a ascendência gibelina – pois começariam aí os pecados da rainha Isabel – para, então, narrar o nascimento, o casamento com D. Dinis e sua vida em Portugal.

A narrativa pode ser considerada uma metaficção historiográfica, pois constrói um discurso inovador a respeito da rainha Isabel. Retrata-a de forma crítica apontando comentários interessantes acerca do seu legado, fazendo com que o leitor compreenda de forma reflexiva sua história, oferecendo-nos uma releitura da história dessa

personalidade do passado. Como o próprio autor salienta “é um *conto* da sexta rainha de Portugal, [...]. Não me interessou fazer História, mas contá-la.” (FRANCO, 2010, p. 383, grifo do autor).

Percebe-se, portanto, que o romancista enfatiza a importância em sua obra da imaginação e da liberdade da ficção para reconstruir uma figura histórica à sua maneira. Isso ressalta o conceito de intertextualidade pós-moderna elaborado por Hutcheon (1991, p. 157), dado que é “uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto”. Desse modo esses dois romances trazem uma nova versão da história da rainha.

Porém, apesar de o discurso de Franco estar inserido nos conceitos de romance histórico contemporâneo, ainda conserva uma visão romântica do período histórico, mais precisamente aspectos de um saudosismo e nacionalismo. Ele constrói um discurso diferente, uma vez que descreve, inicialmente, a história dos antecedentes familiares de Isabel, para então expor os fatos que ocorreram em torno de sua vida, apresentando ao leitor os pecados que a afetaram antes mesmo do seu nascimento. Como o próprio narrador menciona:

Convenço-me que o falhanço dos trabalhos que se escrevem sobre Isabel de Aragão se deve a esse facto. Nenhum está disposto a assumir a genealogia da princesa aragonesa, dela tirando conseqüências de monta para a pintura da personagem. Apresentam-nos por isso uma Isabel inverossímil, insignificante, ridícula, postiça, tirada por uma cartilha de convenções tão artificiais como pósteras. (FRANCO, 2010, p. 21).

Partindo do exposto, o narrador em Franco faz uma crítica em relação aos que tratam da vida de Isabel de forma superficial. Mostra que, para que um discurso a respeito dessa figura torne-se válido, o importante é olhar para o passado, para aqueles que tiveram forte relevância no desenvolvimento de sua formação e, conseqüentemente, em sua futura vida política. Por isso julga que os seus pecados “São verdadeiros! São belos! São cintilantes! Chegam para emocionar e para dar vida à vida!”. (FRANCO, 2010, p. 19). Nesse sentido, a paródia não é utilizada apenas para recuperar a história “mas também, ao mesmo tempo, para questionar a autoridade de qualquer ato de escrita por meio da localização dos discursos da história e da ficção”. (HUTCHEON, 1991, p. 169).

### 4.3 Processos teóricos na construção da personagem romanesca

Como o romance histórico trabalha com dados da realidade e personagens do mundo real por meio da ficção, é de extrema importância entender os processos da elaboração da personagem, inclusive no tocante aos processos retóricos. Nesse sentido, faz-se necessária a relação da teoria da personagem com o romance. Porque é a partir da construção da personagem que o romancista situa o ponto da História sob o qual vai desenvolver sua apreciação. Portanto, podemos entender que, a depender do processo construtivo da personagem, o enfoque, em relação a releitura da História, pode variar.

Ao tratar especificamente sobre personagem, a estudiosa Cristina Vieira<sup>1</sup> (2008), apresenta novas formas de estudo e interpretação do gênero romanesco, analisa a categoria personagem dentro da instância narrativa, sugerindo formas diferentes de situar uma personagem e como essa está construída dentro do romance. Assim, Vieira (2008) elabora como uma das bases constitutivas da personagem a essência linguística, “na medida em que ela foi tecida de palavras pelo autor e é nesse mesmo suporte que ela é apresentada ao leitor” (VIEIRA, 2008, p. 39). Para ela, a concepção de personagem romanesca está intrinsecamente relacionada aos conceitos elaborados por Benveniste em *Problemas de linguística geral I* (2005), quando discute a respeito da *Déixis*, isto é, elementos linguísticos que fazem referência ao falante, à situação de um determinado enunciado e, posteriormente, o contexto em que é produzido. E em Benveniste há a noção sempre de duas pessoas caracterizadas pelos pronomes “eu/tu”, que são coparticipantes da instância do discurso que, conseqüentemente, promovem o diálogo. É nesse processo que, ao instituir-se um “eu”, necessariamente institui-se um “tu”.

Conseqüentemente, a personagem só permanece dentro da instância narrativa porque o pronome dêitico “tu” existe em função do “eu”, assim o “eu” narrador projeta e cria o “outro”, isto é, a personagem. Dessa forma, a personagem romanesca surge quando o narrador projeta fora da instância narrativa um “não eu”, que só existe em função deste “eu”, caracterizado pelo narrador.

---

<sup>1</sup> Vieira recorre a outros estudiosos que já utilizam e discutem sobre essas teorias estruturais tais como: Paul Ricouer, Pierre Glaudes e Yves Reuter, Benveniste.

Assim, Vieira (2008) enumera diversos processos presentes na construção da personagem romanesca, e alguns desses estão presentes nos romances analisados, como o processo *titulação* que desempenha a função de seduzir o leitor para o conteúdo a ser discutido ao longo da narrativa, assim fornece vestígios da personagem protagonista da trama. Os romances analisados trazem como titulação o nome da personagem a ser estudada, e conforme Vieira (2008), a esse processo dá-se o nome *nomeação restrita ao nome próprio*. Apenas pelo título, supõe-se, que está desenvolvendo um entendimento prévio do conteúdo a ser discutido.

No romance de Franco, há a curiosidade em saber o que está por trás do título, dado que, como muitos historiadores e romancistas escrevem sobre Isabel de Aragão, geralmente não há novidade no título para que chame a atenção do leitor. Porém, ao deparar-nos com o título elaborado por Franco *Os pecados da rainha santa Isabel*, desperta curiosidade e questionamentos, pois há a imagem de uma santa a ser discutida, e ao mesmo tempo, fala-se em pecados. Assim, há um oxímoro expressivo que convida a uma nova leitura da biografia da rainha. Enfim, esse título tende mais a despertar a vontade pela leitura.

Quanto à construção da personagem romanesca voltada ao aspecto narratológico, Cristina Vieira (2008) aborda a forma como cada processo contribui para a construção da personagem no romance. Dada a conexão com determinada instância narrativa, buscando-se a análise da forma e do funcionamento desta. Nesse sentido, aprofundaremos nossa análise observando alguns conceitos elaborados pela estudiosa supracitada no que concerne à instância da ação, da temporalização, espacialização e, por fim da narração, apresentando trechos dos romances aqui analisados.

Para Vieira (2008), não é a personagem que decide a ação que protagoniza, mas as ações a escolhem e por isso, a constrói. Em outras palavras, a ação é responsável por parte da construção de uma personagem do romance, pois, “até a obra centrada na univocidade do protagonista continua a sujeitar este ao processo construtivo da ação, mesmo que essa ação seja caótica ou rotineira.” (VIEIRA, 2008, p. 234).

É importante mencionar, ainda, um dos quatro procedimentos que consubstanciam o retardamento romanesco recorrido pela ação, e que identificamos no romance *Os pecados da rainha santa Isabel*, em que o narrador, antes de começar a discorrer sobre Isabel, descreve minuciosamente acontecimentos nos quais os seus antepassados estavam envolvidos, mais precisamente, reserva dois capítulos para tal assunto. A esse procedimento, dá-se o nome de *descrições*, que no caso do romance em



estudo, nos ajuda a compreender melhor o passado da personagem em destaque, ao retardar o decurso da narrativa.

No que se refere à temporalização, o processo *localização temporal* é essencial a qualquer narrativa, por isso, a autora citada elabora três processos que recorrem a essa localização do tempo: a *ancoragem temporal*, a *datação interpretativa* e a *deixis temporal*. Esses processos estão presentes nos três romances em estudo. O primeiro processo diz respeito à indicação de índices temporais voltados para indicação de dia, mês, ano, século, etc., tal como em Franco (2010): “Não se concebe outro modo numa corte europeia do século XIII”. (p. 209), e por fim; em Pilar del Hierro (2009): “Estávamos em Julho de 1276.” (p. 45).

O segundo processo refere-se à inferência que o leitor desenvolve quanto à localização temporal por índices, tais como: algumas horas depois, dois anos antes, etc., e o último processo diz respeito à localização temporal por meio de dêiticos, como por exemplo, hoje, logo, etc., que estão presentes nos respectivos romances. Segundo Vieira (2008), a ancoragem temporal é:

Um dos melhores auxiliares da construção de personagens históricas, sobretudo em romances clássicos, ao remeter explicitamente as personagens para um passado temporal sentido como histórico devido ao hiato criado entre o presente do autor e o tempo diegético da narrativa, hiato que prepara o leitor para uma dupla sensação de verossimilhança e de alteridade dos ambientes e das mentalidades. (p. 260-261).

Nesse sentido, esse processo inscreve a personagem romanesca numa linha temporal construindo-a como histórica. Para fim de especificação, a ancoragem temporal se desdobra em *ancoragem naturista* que se pauta em datas referentes aos ciclos da natureza, como estações do ano, dia e noite. Nesse aspecto, citamos a seguinte passagem do romance *Isabel de Aragão rainha santa* (2011): “Assim, embora Isabel não tivesse nascido na capital do condado, aí teria passado a melhor parte da infância, até ao casamento. Nascera no inverno de 1269 a 1270.” (NEMÉSIO, 2011, p. 10). Portanto, a ancoragem temporal marca a cronologia de acontecimentos na vida da personagem, e exalta a importância que traz dentro da instância narrativa para que compreendamos com exatidão o enredo romanescos.

Um processo que nesse caso serve para descronologizar a construção da personagem romanesca é a *psicologização ou interiorização do tempo*, voltado para o tempo psicológico utilizado em romances de memórias ou autobiografias em que se

exaltam as vivências interiores e subjetivas da personagem, provocando incertezas no leitor acerca de determinada situação. Em *Memórias da rainha santa* (2009), temos um exemplo bem específico desse processo:

– [...] Depois, Dinis agarrou-me na cintura e sussurrou:  
 – Entretanto, ireis dedicar-vos a outros assuntos. Talvez não tão santos, mas muito agradáveis.  
 E, beijando-me, tomou-me em seus braços para, sem me deixar reagir, me conduzir à sua câmara.  
 Quando o sol já surgia sobre o horizonte, acordei soluçando, banhada de suor e com o coração a bater com tanta força que parecia sair pela boca. Ao meu lado, Dinis tinha-se levantado e olhava-me assustado:  
 – O que aconteceu, um pesadelo?  
 – Sonhei... – a angústia que agora me invadia era tão intensa como o prazer que o meu esposo me tinha dado pouco antes. [...]  
 Mas as suas palavras não conseguiram apagar a impressão do que vivi em sonhos. Além disso, nem sequer conseguia discernir se tinha sido um sonho ou um preâmbulo real ao nosso encontro amoroso. [...]  
 Mas, contra o que me dizia o meu coração, o que na minha memória tinham sido beijos e palavras de alento transformavam-se em gritos e discussões. (DEL HIERRO, 2009, p. 131-132).

Aqui, não sabemos com total certeza se a rainha estava sonhando ou se realmente teve uma noite de amor com o rei, levando-a a divagar sobre o ocorrido, porém, logo em seguida, quando a personagem retorna à realidade, percebe-se como vítima das agressões verbais do esposo. Desse modo, acontece a descronologização, pois há uma quebra no tempo da narrativa quando passa da imaginação à realidade ou vice-versa.

Quanto à espacialização, um dos processos que mais ganha destaque na construção da personagem romanesca é a motivação espacial, dado que constrói a personagem romanesca “ao funcionar como um meio de caracterização indirecta e de ancoragem temporal, o determinismo do meio, ao determinar-lhe ficcionalmente a vida e o carácter.” (VIEIRA, 2008 p. 294). Portanto, um dos aspectos que permeia as respectivas obras em análise é o carácter da personagem Isabel definido pelo meio em que vive.

Os romancistas aqui em estudo exaltam a figura da rainha portuguesa sempre voltada para a caridade e religiosidade, enfatizando que isso se deve principalmente à educação que obteve da família baseada nos princípios franciscanos, tendo como referência entes familiares que seguiram tal caminho. Nesse sentido, o espaço em que a personagem residiu foi determinante para seu modo de ser e agir. Em *Memórias da rainha santa*, a narradora explícita: “O meu dia passava-se entre livros e orações,

tapeçarias e bordados.” (DEL HIERRO, 2009, p. 59). N’*Os pecados da rainha santa Isabel* o narrador salienta: “Foi o instante que Isabel tomou consciência das figuras de Francisco de Assis e Isabel da Hungria, que tanta importância vieram a ter na acção posterior da sua vida.” (FRANCO, 2010, p. 182). Destarte, fica evidente quão importante é o espaço, nesse caso, para a construção de uma personagem no decurso de uma narrativa.

Passemos ao processo relativo às instâncias da história que concernem à narração. Nesse processo, é relevante discutirmos sobre a focalização, dado que “narrar implica focalizar, logo, não há construção de personagens sem focalizações.” (VIEIRA, 2008, p. 301). Nesse aspecto, observamos a focalização heterodoxa que se faz presente principalmente em romances históricos contemporâneos. Esse tipo de focalização constrói personagens heterodoxas, que fogem a um padrão estabelecido, levando o leitor a algo que não está familiarizado. Assim, Vieira (2008) assevera:

A focalização heterodoxa constrói sempre personagens apócrifas, que fogem aos modelos canónicos familiares ou relevantes para uma sociedade, sejam esses modelos políticos, económicos ou outros. A focalização heterodoxa permite que personagens individuais ou colectivas habitualmente marginalizadas ganhem estatuto diferencial, relegando para segundo plano diegético personagens a que habitualmente seria dado o relevo principal: grupos como os pobres, as mulheres, minorias, perseguidas ou não. A focalização heterodoxa constrói, pois, personagens apócrifas e inverte a ortodoxa distribuição dos relevos diegéticos. (VIEIRA, 2008, p. 305).

Um exemplo bem específico neste caso é o romance *Os pecados da rainha santa Isabel* (2010), no qual o narrador resgata a vida da rainha envolta em uma heterodoxia face à Igreja da época, que já vinha dos seus antecedentes, visto que alguns dos seus familiares tiveram intrigas com o papado. Dessa maneira, confere-se a Isabel uma tonalidade inesperada, pois sua história dessa forma é pouco conhecida, e isso se torna muito atrativo ao leitor. Assim, sublinha:

Sem as influências heterodoxas da corte de Jaime I e de Pedro III, eu dava de barato Isabel de Aragão; para nada a queria. De que me serve uma santa sem pecados? [...] Fique-se o leitor com esta: sem os erros da heresia, Isabel de Aragão não tem vida própria; é apenas uma sombra pálida e falsa que alguém muitos séculos depois decidiu recortar e colar num álbum. (FRANCO, 2010, p. 197).

Nesse sentido, a heterodoxia faz de Isabel uma figura importante a ser estudada, dado que o romancista cria uma escrita heterodoxa que modifica os padrões já

estabelecidos e busca atenção para a reescrita do passado, que passa a ganhar múltiplas interpretações.

#### **4.4 *Memórias da rainha santa e os Pecados da rainha santa Isabel: algumas aproximações e diferenças***

É relevante notar no romance de Pilar del Hierro a utilização de diálogos entre as personagens. E um fato marcante na vida da rainha é o ajuste do casamento da infanta aragonesa com o rei português D. Dinis. Ela descreve esse fato em forma de diálogo:

E assim, embora contra a minha vontade, tive de ouvir as palavras que tanto temia:

– Deveis saber, minha querida filha, que em breve partireis para Portugal, o Reino onde vos espera aquele que será o vosso esposo, o rei D. Dinis.

A minha reacção não foi sem dúvida aquela que se esperaria de uma infanta aragonesa: chorando, corri para a minha mãe e abracei-me a ela, pedindo-lhe:

– Não permitais mãe, não vos quero deixar. Quero continuar ao vosso lado!

Com a voz doce e entrecortada pelos soluços, tentou acalmar-me perante a evidente contrariedade do meu pai. (DEL HIERRO, 2009, p. 61).

Neste romance há a presença de diálogos entre Isabel e seu pai, mostrando a sua decisão em casá-la. A romancista apresenta uma situação que poderia ter ocorrido naquele momento, estabelecendo ênfase a subjetividade das personagens, os sentimentos que demonstravam na ocasião, principalmente a dor que a princesa aragonesa sentiu ao saber da possibilidade de afastar-se de seus familiares.

Em outras passagens do enredo romanesco é exaltado o lado emocional de Isabel, como, por exemplo, quando deixa a família para casar-se. Em meio às atribulações sofridas pela separação familiar, Isabel começa a descobrir sua função ao se casar com um rei. Uma dessas funções seria gerar filhos para a sucessão do trono e, conseqüentemente para futuros acordos entre reinos. Porém, o que a deixava curiosa era como isso aconteceria, pois, levando-se em conta a sua tenra idade, ainda não lhe tinha sido ensinado. É a partir dessa curiosidade que a narradora relata como descobriu a sexualidade. Primeiro, em uma noite no convento, e depois através das explicações de sua ama Betaza. A seguir, o fragmento que constata o primeiro contato de Isabel com este assunto:

De repente, vindo da horta, chegaram-me uns estranhos lamentos. Fui até lá com a inocência dos meus doze anos, convencida de que se tratava dos gemidos de um animal ferido.

Estava enganada. Não era um animal mas sim um homem e uma mulher, deitados no chão, seminus e abraçados, sem que o pudor e a vergonha invadissem os seus rostos. Pelo contrário, pareciam felizes e entregues a uma paixão indomável. Reparei que a moça era a que ajudava na cozinha do convento.

Compreendi, naquele momento, o que estava a acontecer. Em mais de uma ocasião tinha visto <<a brincar>> os cães de caça dos meus irmãos ou os cavalos nas cavalariças reais. No entanto, nunca tinha imaginado que a união de um homem e de uma mulher fosse assim. (DEL HIERRO, 2009, p. 78).

Diante do exposto, dá-se ênfase ao susto sofrido pela infanta diante da situação que presenciou e, também, da repugnância que sentia em descobrir que passaria por isso ao se casar. E quanto a isso: “acabava de compreender que era esse o preço a pagar para cumprir a minha obrigação de rainha e dar um herdeiro ao trono.” (DEL HIERRO, 2009, p. 80).

Quanto ao narrador de *Os pecados da rainha Santa Isabel*, é mencionado esse assunto, só que de forma diferente. Relata que o conhecimento sobre como se comportar perante o esposo após o casamento veio por meio de uma aia chamada Berengária, que expôs minuciosamente à infanta como acontecia a relação sexual entre marido e mulher. Como meio para uma explicação eficaz, a aia escolhe mostrar o comportamento dos animais, pois eram semelhantes ao comportamento humano em tal assunto. Assim relata:

Nessa tarde levou-a Berengária ao terreiro para ver o chiqueiro das galinhas.  
– Nunca viu o galo a pular para cima das costas da galinha e a bicar o pescoço? Pois veja! É assim que tudo se passa entre varão e fêmea.  
Depois passaram as duas pelos canis, onde a cuvilheira mostrou à princesa as cadelas no cio e a forma como os cães se montavam. Levou-a depois ao jardim a observar a germinação das sementes e a multiplicação de certas plantas por estaca ou enxertia. Por fim acabaram nas cocheiras as duas, com Berengária a pedir topada para o cio das éguas e a padreação dos cavalos. Este naturalismo, que esteve na base da formação sexual de Isabel, só choca a quem não conhece a corte de Pedro III e as teorias higienistas de Arnaldo de Vilanova; tomando contacto com a obra deste médico, percebemos que o itinerário escolhido pela cuvilheira não é disparatado. (FRANCO, 2010, p. 209).

Ambos os romancistas retratam a importância de descrever essa descoberta da sexualidade por Isabel, em que narram os modos distintos pelos quais lhe foi explicado. Isso configura o discurso de ambos na contemporaneidade, pois cada um à sua maneira retrata um episódio na vida da rainha, estabelecendo uma versão diversificada. É pertinente notar que nem os estudos históricos nem os romancistas mais tradicionalistas

retratam esse assunto em suas obras. Nesse aspecto, a metaficção historiográfica desafia os discursos tradicionalistas para utilizá-los e aproveitá-los de maneira consistente para o desenvolvimento de variados pontos de vista na reescritura de fatos passados.

Após apresentarmos a situação descrita acima, na qual Isabel ficou ciente de sua função ao assumir o trono português como rainha, a narradora, ao contar sua história, comenta o seu estado interior, as angústias, a falta do amor familiar, e por isso diz, melancólica: “À medida que nos aproximávamos de Portugal, perdia-se o som da voz da minha mãe, dos risos dos meus irmãos, do calor dos aposentos onde tinha crescido, dos aromas e dos sabores da minha infância.” (DEL HIERRO, 2009, p. 82-83). Aqui está retratada uma das características do romance histórico contemporâneo, a descrição da subjetividade, exaltando a intimidade da personagem em questão. Dessa forma, o romance “permite uma aproximação do passado numa atitude dialogante e niveladora.” (ESTEVES, 2010, p. 37).

Um episódio da vida da rainha que os estudiosos abordam é o encontro dela com o esposo. Os romances aqui estudados resgatam esse episódio, mas de maneira diferente. Os romancistas narram que o encontro de Isabel ao chegar a Portugal foi com alguns homens da corte enviados por D. Dinis, e também pelo seu irmão Afonso. No que diferem entre si é a forma como o encontro entre os noivos aconteceu em Trancoso. Franco narra da seguinte forma o encontro entre eles:

A rainha ficou protegida no interior do carro, à espera que o alferes-mor a viesse buscar com a guarda para a levar à presença do rei. Mas quem apareceu para surpresa de todos foi o próprio rei. Era um moço garboso, de facha cheia, onde rutilavam dois olhos cor de mel, luminosos e serenos, [...]. Foi ele que a ajudou com cuidado extremo a descer do churrião e a levou pela mão enluvada a passear [...] a primeira impressão que tivera da menina era muito do agrado. Além de rei era trovador e sabia cantar a cortesia e as leis do amor. (FRANCO, 2010, p. 215).

Nesse sentido, há traços românticos no momento de encontro entre os noivos, apresentando uma situação diferente da Histórica, criando uma nova versão para esse fato. Há uma forte exaltação pela figura robusta do rei, além disso, o narrador destaca que, além de suas habilidades em governar o reino, ainda era trovador. Nisso, restringe-se apenas as suas observações ao rei, não apresentando nada a respeito de como Isabel estava no momento, nem exteriormente e nem interiormente.

Pilar del Hierro, semelhante a Franco, apresenta por meio da narradora um encontro afetuoso entre Isabel e D. Dinis, porém, antes de descrever o encontro entre

eles, nos apresenta o momento de preparação da rainha para tal eventualidade, tal como acontecia sempre que se tratava de famílias reais. E assim relata o encontro:

Quando Dinis se aproximou, acreditei ver um Deus. Alto, de pele escura e cabelos negros, os seus grandes olhos olharam-me com tal intensidade que a sua expressão contradisse os seus modos discretos e cortesia. Contra o que manda o protocolo, ajoelhou-se no chão e disse:

– Sede bem-vinda ao vosso Reino, senhora. Consumia-nos a impaciência de vos ter entre nós.

O meu nervosismo não se devia à timidez nem à ingenuidade. Era um sentimento novo, desconhecido para mim, que me fazia sentir tremendamente perturbada e orgulhosa de que, de alguma forma, aquele homem, que não o soberano, me pertencia. (DEL HIERRO, 2009, p. 88).

Nesse trecho é exaltado o seu encanto e sua admiração por aquele que seria seu esposo. Como é mencionado, ao vê-lo nasce um sentimento novo em seu interior que talvez fosse amor. É interessante observar, que a narradora fala que o rei ajoelhou-se aos seus pés, e aqui concluímos que o rei estava fazendo tal cortesia não por amá-la e admirá-la, mas para cumprir as exigências do momento. E isso é tão provável que mais adiante a narradora observa que, após o rei tê-la ajudado a montar no cavalo para irem para o castelo, ele não lhe dirigiu mais a palavra. E quanto a esse fato ressalta: “Não voltei a sentir o olhar dele do nosso primeiro encontro até vários dias depois quando o dever, que não a sua vontade, nos levou a partilhar o mesmo leito.” (PILAR DEL HIERRO, 2009, p. 89). Dessa maneira, enfatiza mais uma vez que o casamento, para D. Dinis, era apenas um acordo entre reinos.

Como já temos discutido claramente acerca do casamento de Isabel com D. Dinis, ainda é importante mencionar um aspecto apontado por Franco que diverge de Pilar del Hierro. Ele argumenta que a rainha dava pouca importância ao esposo, pois nos mostra que o rei estava inteiramente apaixonado por ela e, mesmo sem nada receber em troca a trata com carinho e dedicação, recebendo apenas desprezo e aversão. Ao passar algum tempo, e não ter seu amor correspondido e muito menos consumado, D. Dinis passa a se encontrar com outras mulheres, com quem tem vários filhos bastardos:

o rei se deitava com outras donas. Afirmava-se que não havia moça solteira nos povoados por onde o préstito real passava que não viesse a oferecer-se depois das folias do serão para se deitar com ele e ficar por manceba. Percebera-se há muito que a rainha era arisca e fugia de dormir com o rei. (FRANCO, 2010, p. 234).

Na citação acima, há a alusão ao comportamento do rei perante o desprezo de Isabel. O narrador, diante disso, argumenta que ao saber do envolvimento de D. Dinis com diversas mulheres, Isabel tem a consciência de não estar cumprindo com os seus deveres, se oferece para cuidar dos bastardos do esposo e os trata com muito carinho e dedicação, sendo dessa forma, um meio de fugir do esposo. Nesse romance, percebemos uma argumentação diferente, criada a respeito da postura de Isabel, sempre apresentada em outros escritos como a mulher sofrida e traída. Todavia, conforme esse discurso, só houve traição por parte do esposo por causa do desprezo que sofria por parte dela. Ele apresenta alguns diálogos entre a rainha Isabel e D. Dinis, nos quais está explícita a aversão que a rainha sentia ao pensar em cumprir com os deveres matrimoniais de mulher. O diálogo a seguir deixa bem claro o inconformismo de Isabel em não aceitar consumir o casamento com D. Dinis:

- Não me sinto aprontada para tão duro dever.
- Duro, senhora Mostrar-vos-ei as delícias de que Salomão fala no seu Cântico maior.... Dar-vos-ei a beber a água mais pura e fresca que ainda bebestes.
- Cuidai da minha idade senhor!
- Outras mais novas já ardem por ser adoradas como as gazelas misteriosas do deserto que vêm beber no meio da verdura.
- Senhor, dai-me duas luas. Tende paciência. (FRANCO, 2010, p. 225)

O que percebemos é a insistência do rei em tomá-la por esposa, porém todos os esforços são vãos. A rainha apresenta-se convicta de sua decisão, mantendo-se irreversível em aceitar o amor oferecido pelo rei. O narrador ainda menciona, em outras passagens do romance, que foram muitas as tentativas de aproximação por parte de D. Dinis, mas Isabel sempre se mostrava desinteressada e trêmula só em pensar na possibilidade de entregar-se a ele.

É em decorrência desse desprezo instigado por Isabel que o narrador defende a postura de D. Dinis quanto às relações extraconjugais e os diversos filhos bastardos. Assim, argumenta que ele tentou convencê-la de aproximar-se, porém cada vez que tentava se angustiava e por isso, “Deu de barato o caso e espaçou ainda mais as visitas. Via-se que o rei andava de espírito noutros negócios e que pouco se importava agora na rainha.” (FRANCO, 2010, p. 234). O rei sentindo a necessidade de um herdeiro para a sucessão do trono, e de diversos filhos para realizar acordos entre territórios, envolve-se com diversas barregãs, já que a esposa não lhe dava filhos. Portanto, enquanto D. Dinis



se envolvia com várias concubinas, Isabel dedicava várias horas do seu dia a alimentar os pedintes a sua volta e dar carinho aos bastardos do esposo.

Consequentemente, em relação a esse fato, Franco elabora um discurso diferente, contrário aos estudos de pendor histórico, ao apresentar D. Dinis como vítima. Por isso relata:

Em geral, a rainha é apresentada como a vítima da leviandade e das traições do rei; até a fizeram padroeira das mulheres traídas. Não é verdade! O rei é que foi sacrificado pela frieza e falta de paixão da rainha. Faça-se justiça de uma vez por todas do rei poeta e à alta temperatura do seu sentimento. (FRANCO, 2010, p. 239).

Percebemos que o romancista contrapõe-se não só à historiografia que apresenta Isabel como sofredora das traições do esposo, mas também contra muitos outros romancistas que defendem a postura diplomática da rainha perante a deslealdade do esposo, e a sua paciência em lidar com esse desprezo. Para Hutcheon (1991, p. 173), a metaficção historiográfica “parece disposta a recorrer a quaisquer práticas de significado que possa julgar como atuantes em uma sociedade. Ela quer desafiar esses discursos e mesmo assim utilizá-los, e até aproveitar deles tudo o que vale a pena.”.

É interessante notar que a mulher no período medieval não tinha direito a liberdade, e muitas vezes o homem se envolvia com diversas mulheres sem levar em conta os sentimentos da esposa. Sabemos que ao casar por conquistas de territórios, geralmente, o homem apenas cumpria a sua função para que a mulher engravidasse e gerasse filhos, às vezes chegava a agredir brutalmente a mulher. Nesse aspecto, constatamos a utilização da paródia, visto que é uma “forma de imitação caracterizada por uma inversão irônica, nem sempre às custas do texto parodiado. [...] é, noutra formulação, repetição com distância crítica, que marca a diferença em vez da semelhança”. (HUTCHEON, p. 17, 1989). Essa inversão de fatos históricos é uma característica da paródia, e aqui o narrador inverte o discurso a respeito de D. Dinis e apresenta-o como sofredor. E isto torna a paródia um dos meios mais importantes de novos níveis de sentido ao texto literário.

Em *Memórias da rainha santa*, a narradora descreve um momento em que é agredida pelo esposo, quando sabe da negociação do casamento de sua filha Constança:

Agarrou-me pelos pulsos com tanta força que me magoou. Quis mostrar-me digna, mas as lágrimas escorriam pela minha cara sem as conseguir conter. Por fim, sussurrei:  
– Mas o que vai ser de mim sem a minha filha?

A gargalhada do rei doeu-me ainda mais do que a pressão das suas mãos:  
 – Não vos preocupeis. Não vos faltará uma filha para cuidar...  
 Fiz um gesto de estranheza. Outra bastarda?  
 [...]
   
 – E sem esperar qualquer reacção da minha parte, soltou-me tão bruscamente que caí contra a parede que separava a sala da minha câmara de noite. (DEL HIERRO, 2009, p. 142-143).

Percebemos a fúria e a desconsideração de D. Dinis perante o sofrimento da esposa, e assim, a confirmação da ironia apresentada no comentário do rei, quando diz à rainha que não lhe faltará filhos para cuidar, isso remete aos diversos bastardos que trazia para ela cuidar.

Ao defender D. Dinis, o narrador do romance de Franco (2010) diz: “Pobre Dinis! [...]. Na história desse desencontro tu é que sofreste a sério; Isabel foi verdugo, não vítima. É mais um passo que anda muito mal contado na História, ao lado de tantos outros.” (p. 242). Nesse fragmento, há uma forte crítica aos romancistas que se prendem unicamente a resgatar a figura de Isabel sem propor nenhum questionamento sobre sua História. Assim, de forma irônica, constrói um discurso inovador e uma versão totalmente diferente para um fato ocorrido na vida da rainha que já conhecemos, buscando que questionemos a veracidade do ocorrido em consonância com o que é apresentado por ele. Claro que D. Dinis pode ser uma exceção e ter sido um homem gentil, e de fato rejeitado por Isabel, mas nada podemos provar, apenas podemos questionar e analisar as evidências propostas por estudos históricos para verificar tal acontecimento.

Pilar del Hierro menciona D. Dinis como um homem que tinha várias concubinas, e isso também é apresentado nos estudos históricos. É interessante notar como a romancista traz, através da ótica de Isabel, a consumação do casamento. Ela narra que, depois de feitas as comemorações do enlace, a levaram para os seus aposentos e, lá, foi preparada para entregar-se ao esposo. O que chama a nossa atenção é o fato de que toda a corte estava próxima ao quarto preparado para o casal, esperando que se consumasse o casamento, e, por conseguinte, disso teria a possibilidade de vir o futuro herdeiro do trono. E Assim, enfatiza-se mais uma vez o casamento por interesse. A narradora descreve dessa forma esse momento:

Desejava que o meu esposo se deitasse o mais depressa possível e acabasse de uma vez com aquele suplicio obrigatório. Enervava-me o facto de saber que, por trás da porta, os importantes homens da corte e as autoridades eclesiásticas esperavam, impacientes, pela notícia de que o matrimônio tinha sido consumado. Supunha que todos rejubilariam com a boa nova, mas não

podia imaginar a sensação de desamparo que iria invadir a minha alma, quando o meu esposo depois de me ter tomado, se levantou do leito, beijou-me a mão e, sem eu saber porquê, disse:

– Obrigado, senhora. (DEL HIERRO, 2009, p. 93).

Mais uma vez aqui encontramos a intimidade da personagem exaltada, pois a narradora descreve o momento e como se sentia ao estar em contato com o rei. É interessante observar a postura do rei perante tal situação, pois ao finalizar o relato, fica implícito o que significava a atitude do rei em lhe dizer “obrigado”. Disso inferimos que o rei estava lá apenas para cumprir o acordo feito entre os reinos, e a obrigação que tinha de gerar um herdeiro ao trono. É tão provável essa afirmação, que mais adiante ela conta que raramente via o rei, e esse afastamento dava motivo a fofocas na corte. Isso também é um traço do cavalheirismo de feição cortesa da época medieval difundido pela própria literatura (o trovadorismo, por exemplo).

Outro aspecto abordado por Pilar del Hierro é a afirmação da rainha quanto ao amor que sentia pelo rei. É tanto que descreve minuciosamente o quanto as suas visitas ao seu quarto fazia-a feliz e realizada, por isso, menciona “agradeci a Deus por me ter criado mulher. Fui feliz, sim, muito feliz. Tanto, que ainda agora agradeço os meus sofrimentos posteriores por ter vivido aqueles dias de carícias.” (DEL HIERRO, 2009, p. 101). Diferentemente de Franco, aqui é relatado o amor que Isabel sentia pelo esposo e que não era devidamente correspondida.

Franco utiliza muitos comentários críticos para se referir ao modo de tratar uma figura histórica, muitas vezes apresenta argumentos criticando a postura de muitos romancistas ao trazer para ficção uma figura da história exaltando-a como Santa. Ele traz em seu discurso uma personagem que já nasceu no berço do pecado, pois todos os seus antepassados se envolveram em questões políticas e religiosas<sup>1</sup>, que os tornaram excomungados pela Igreja Católica. Por isso, menciona, a fim de obter veracidade no seu discurso que: “Sem imperfeições e sem pecado um santo é falso, falta-lhe carne e osso; não se distingue de uma personagem histórica de papelão, sem gritos nem emoções. Louvemos pois as faltas de Isabel.” (FRANCO, 2010, p. 247-248)

Parte da história de Isabel retratada pelo romancista consta nos documentos oficiais, como por exemplo, quando relata o episódio da mulinha e as subsequentes intervenções para apaziguar as lutas entre D. Dinis e o irmão Afonso, e depois com o

---

<sup>1</sup> Os pecados mencionados por Cândido Franco no romance em respeito a uma visão política que apresenta do período em que viveram os antecedentes da rainha Isabel, que são marcados por uma heterodoxia face à Igreja da época, tal como foi comentado no primeiro capítulo.

filho o infante Afonso. Como também as lutas travadas entre seu filho D. Afonso e o seu neto Afonso XI de Castela. Um dos fatos que é relatado nesse romance são os milagres mencionados, inclusive o famoso milagre das rosas. Nesse sentido, o romancista se aproxima da historiografia, mas relata a seu modo descrevendo um ambiente fictício bem propício para a sua narração. E assim descreve o famoso milagre:

Nesse instante a rainha deixou cair das mãos as abas do manto. Logo aos seus pés começaram a cair pétalas brancas de mistura com outras cor de sangue e outras ainda amarelas como labaredas de lume vivo [...]. O rei, ao ver o caudal ininterrupto de pétalas a movimentar-se no regaço da rainha, imobilizou-se num calafrio de horror. (FRANCO, 2010, p. 306).

O narrador reserva duas páginas apenas para descrever esse milagre, e no final enfatiza a admiração não só do rei, mas de todos que estavam ao redor. Nesse momento, fica evidente o fato de Isabel ser ainda mais venerada e contemplada como Santa tanto pelos milagres que realizava quanto pela dedicação em ajudar os pobres e doentes.

Pilar del Hierro também faz a menção ao milagre das rosas, só que diferentemente do que trazem os romancistas e estudiosos, ela o traz em forma de sonho. Assim, enfatiza a incerteza e questiona se realmente o milagre aconteceu ou simplesmente foi sonhado pela rainha.

O rei muito zangado, em vez de enviar as minhas camareiras cumprir com aquilo que obriga a caridade, insistia em saber o que levava escondido na fraldiqueira. Irado, ameaçava-me de que, se fossem pães para os pobres, me obrigaria a lançá-los aos porcos. Eu, não querendo mentir-lhe, respondia desculpando-me:

– Não são pães, Senhor, são rosas.

Mas ele insistia:

– Como podem ser rosas, se este ano ainda não floresceram?

Assim, uma e outra vez, até que, aos empurrões e dando ordens, Dinis obrigava-me a mostrar-lhe o conteúdo da fraldiqueira que transportava sob a minha saia. Qual não era o meu espanto quando, no seu interior, apareciam um sem-fim de perfumadas rosas.

Deus é minha testemunha de que, até agora, não sei dizer se sonhei o milagre ou se, pelo contrário, a fantasia foi a de crer que o meu esposo aceitasse de bom grado que as minhas camareiras levassem pão e leite aos mais desfavorecidos. (DEL HIERRO, 2009, p. 132-133).

Na citação acima, fica evidente o famoso milagre das rosas. Não há uma época exata da manifestação dessa lenda na tradição portuguesa, o primeiro registro escrito desse milagre encontra-se na *Crónica dos Frades Menores*, de Frei Marcos de Lisboa, publicada no ano de 1562.

O que percebemos aqui é uma versão nova em relação aos outros romances que estão sendo analisados, e até mesmo dos discursos históricos, haja vista que, como a própria narradora salienta, ela não tem absoluta certeza se realmente aconteceu ou foi apenas um sonho. E disso podemos traçar algumas interpretações que torne verídica essa informação de ser um sonho. Uma das primeiras análises que podemos fazer é observar a atitude do rei em relação às ações de caridade da rainha. Ele não queria que ela saísse alimentando os famintos que suplicavam a sua ajuda, inclusive, já tinha proibido suas visitas até eles. De tal modo, diante dessa proibição, Isabel, ao ter esperança de conseguir autorização para sair e de que o rei mudasse de opinião, poderia ter sonhado com a possibilidade de sua aceitação. E, assim, vemos uma inovação no seu discurso, pois se contrapõe aos estudos históricos no momento em que levanta um questionamento sobre a veracidade do suposto milagre.

Ainda é necessário salientar outra interpretação para o referido milagre tão comentado por tantos que se dedicam a estudar a vida dessa figura. Isso reside na possibilidade de esse milagre ser apenas um reflexo da tradição oral, advindo da constatação de um milagre semelhante a esse realizado pela tia da mulher de D. Dinis, Isabel da Hungria, como vimos, antes. Portanto, fica evidente que, seja verídico ou não esse milagre, e tantos outros atribuídos a Santa Isabel, estabeleceu-se uma presença incontornável no imaginário coletivo português, o que fez com que ela ficasse conhecida e venerada por muitos e também pelas suas aptidões relacionadas à maneira de pensar e agir.

Partindo para o último capítulo, Franco ainda menciona em breves comentários como se deu a canonização de Isabel oficializada pelo direito romano, alegando ser muito longa a sua instituição, e só após séculos de sua morte começam a estudar o caso para definitivamente canonizá-la. Já Pilar del Hierro, no último capítulo do romance, finaliza contando a decisão do Papa em canonizar Isabel, tal como fica em aberto no primeiro capítulo. Apresenta um longo diálogo entre o Papa Urbano VIII e o frei Ramón de Alquézar, que entregou o manuscrito contendo a história de Isabel. É interessante observar nesse diálogo um fato que na realidade não acontece, pois o Papa se dispõe a conversar com o frei com o propósito de obter informações suficientes acerca da canonização da rainha. Sabemos que a canonização de uma pessoa é um processo extremamente demorado que exige a aprovação de uma comissão de membros da Sé após um longo processo investigatório, tanto de testemunhos orais quanto escritos para, então, ter-se a aprovação final do Papa. Percebemos, no final da narrativa, que o relato

de Pilar del Hierro não condiz com o que acontece na realidade, quando se trata desse assunto, e nem mesmo temos um Papa com disposição para atender apenas um frade. Dito isto, concluímos que a romancista inova ao relatar de forma fictícia como se deu a canonização de Isabel.

Por fim, Franco conclui comentando a importância de se estudar como personagem histórica uma figura tão importante, tanto para o reino português como também para o meio eclesiástico. E finaliza exaltando a importância da ficção em meio a um discurso histórico:

O que me interessa nestes trabalhos que tenho feito sobre as figuras trágicas da História de Portugal [...] é a História como palco vivo do romance. Quero, à força dos factos, que são por vezes as algemas de ouro da poesia, ficar apenas com acontecimentos, tão vivos, tão materiais, tão reais tão livres, tão imprevisíveis como os do presente. Em vez das algemas de ouro, as asas infáveis da borboleta simbólica. E o poder simbólico da ficção – representativo mas não falso – é tão grande, desce tão fundo na elaboração do retrato íntimo, pode tanto na revelação da fotografia dos recessos e escuros da consciência, que porventura em História só através duma mentira podemos dizer a verdade”. (FRANCO, 2010, p. 384).

O que se discute é a importância da imaginação e da criação de uma figura histórica em uma narrativa de ficção, que tem um papel essencial numa reconstituição possível da História, sobretudo de vestígios que os documentos ou a re-elaboração histórica deixaram esquecidos. Portanto, “só podemos conhecer [...] o mundo por meio de nossas narrativas (passadas e presentes) [...]. Assim como o passado, o presente é irremediavelmente sempre já textualizado para nós.” (HUTCHEON, 1991, p. 168).

Diante dessas breves explanações feitas acerca dos romances históricos citados, percebemos, nos valendo dos conceitos estabelecidos por Linda Hutcheon (1991), que utilizam a paródia como recurso para retomar a história e o passado de forma crítica e criativa, proporcionando uma nova versão a um fato ou personagem histórica. Enfim, buscam “questionar a autoridade de qualquer ato de escrita por meio da localização dos discursos da história e da ficção dentro de uma rede intertextual em contínua expansão que ridiculariza qualquer noção de origem única ou de simples causalidade.” (HUTCHEON, 1991, p. 169).

Enfim, através da ironia, os comentários críticos dos quais os romancistas se valem concorrem para uma reinterpretação crítica de como se deram os acontecimentos históricos. Por meio do relato em primeira e terceira pessoa e da descrição da subjetividade, os romancistas dialogam abertamente, possibilitando uma aproximação

ao passado, ao mesmo tempo em que se afastam da historiografia. É através das narrativas históricas que se enfatiza a relação entre História e ficção, portanto, a paródia estabelece uma recuperação da História e uma reinterpretação que possibilitará outra versão ficcional do que ocorreu no passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar nosso estudo, faz-se necessária uma breve retomada do que abordamos no decorrer de nossa investigação quanto aos romances históricos. Os romances analisados trazem, de maneiras diversificadas, a história de uma rainha de grande importância para o reino português, e que foi canonizada Santa pela sua conduta de benevolência e caridade com os necessitados, adotando características extremamente altruísticas.

Em termos de escrita, as inovações presentes no romance da autoria de Vitorino Nemésio consistem em comentários irônicos, explicativos, que configuram seu discurso inserido no conceito de romance histórico tradicional. Consideramos importante abordar este romance porque isto nos mostra, em relação à sua época de publicação, 1936, que este subgênero literário já apresenta traços novos em relação ao período do romantismo, quando este esteve no ápice.

Constatamos que os romances *Memórias da rainha santa* (2009), de Maria Pilar Queralt del Hierro, e *Os pecados da rainha santa Isabel* (2010), de António Cândido Franco resgatam a vida da rainha de forma crítica, trazendo ao leitor a possibilidade de pensar e refletir sobre a reelaboração dos fatos ocorridos em sua história. Para isso, apresentam episódios dos quais são retratados em muitos estudos de pendur histórico, a fim de questionar e ironizar o passado, criando uma nova versão para tais acontecimentos. Essas nuances utilizadas pelos romancistas lembra-nos a intertextualidade paródica, que necessariamente insere os referidos discursos na noção de romance histórico contemporâneo.

Nesse sentido, percebemos que esses aspectos das narrativas estão conforme a teoria exposta por Linda Hutcheon (1991), pois os romances não mostram uma “verdade absoluta”, mas sim inúmeras incertezas, que nos levam a inferir diversas interpretações sobre o passado. Essas narrativas expõem uma forma inovadora de perceber os fatos através de uma leitura crítica das lacunas deixadas pelos historiadores. E assim, constroem a figura histórica mesclando o discurso ficcional e esse discurso histórico, possibilitando uma releitura dos eventos ocorridos no passado.

Demonstramos, portanto, quão significativo é o estudo do romance histórico, pois ao desvendar os fatos ocorridos na vida de uma figura histórica nos tornamos sabedores de como a literatura e a História se utilizam uma da outra de forma natural,



proporcionando-nos maior capacidade crítica e reflexiva de compreender ou questionar o passado, buscando acrescentar-lhe o que pode haver de novidade, de inovação, no âmbito do presente.

## REFERÊNCIAS

### Textos literários

DEL HIERRO, María Pilar Queralt. *Memórias da rainha santa*. Rio de Janeiro: Esfera dos livros, 2009.

FRANCO, António Cândido. *Os Pecados da Rainha Santa Isabel*. 1 ed. Lisboa: Ésquilo, 2010.

NEMÉSIO, Vitorino. *Isabel de Aragão rainha santa*. 1 ed. Alfragide: Leya, 2011.

### Textos teóricos

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da Literatura*. 15ª reimpressão, v.1. Coimbra: 2006.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*. Marcador: Coimbra, 2011. p. 121-133.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

DUBY, Georges. O modelo cortês. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 331-351.

ESTEVES, António R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

GIMENEZ, José Carlos. *A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336*. Curitiba, 2005. 211f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette. A ordem feudal (séculos XI-XII). In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 273-329.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passatempo do tempo passado”. In.: \_\_\_\_\_. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 141-162.

\_\_\_\_\_. A intertextualidade, a paródia e os discursos da História. In.: HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 163-182.

\_\_\_\_\_. *Uma teoria da paródia*. Lisboa: Edições 70, 1989.

LEITE, Fernando Barros. *O rei D. Dinis e a rainha santa Isabel*. Lisboa: Edição do autor, 1993.

LISBOA, Fr. Marcos de. *Crônicas da ordem dos frades menores*. Porto: MMI, 2001.

MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance histórico em Portugal*. 1 ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

OPITZ, Claudia. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In.: \_\_\_\_ DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 331-351.

PRIETO, Célia Fernández. *História y novela: poética de La novela histórica*. Coimbra: Eunsa, 1998.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto-Portugal: Porto Editora, 2005.

VASCONCELOS, António de. *Rainha Santa Isabel*. 1 ed. Coimbra: Alma azul, 2005

\_\_\_\_\_. *Rainha santa Isabel (parte II): culto depois da canonização*. Coimbra: Alma Azul, 2007.

VIEIRA, Cristina da Costa. Processos Narratológicos. In.: \_\_\_\_\_. *A construção da personagem romanesca*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 227-325.

\_\_\_\_\_. Processos Linguísticos. In.: VIEIRA, Cristina da Costa. *A construção da personagem romanesca*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 39-122.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. *Tópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1974. p. 97-116.

\_\_\_\_\_. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. VII, n. 13, p. 21-48, 1991.